

Concessionária de Rodovia Sul- Matogrossense S.A.

(Companhia aberta)

Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios
Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e Relatório
dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações
Financeiras.

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	18
Balancos patrimoniais	23
Demonstrações dos resultados	24
Demonstrações dos resultados abrangentes	25
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	26
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	27
Demonstrações do valor adicionado	28
Notas explicativas às demonstrações financeiras	29

Relatório da Administração

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Sobre a Companhia

1.1 Aos acionistas

Apresentamos a seguir, o relatório das principais atividades da Companhia, acompanhado das Demonstrações Financeiras da Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A (“CCR MSVia” ou “Companhia” ou “Concessionária”), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhados do Relatório dos auditores independentes.

1.2 Apresentação

A Companhia tem por objeto social específico e exclusivo, sob o regime de concessão, a exploração da infraestrutura e da prestação dos serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço da rodovia BR-163/MS, nos termos do Contrato de Concessão celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), em decorrência do Leilão objeto do Edital de Concessão nº 005/2013 (“Contrato de Concessão”).

A Companhia de Participações em Concessões (CPC, empresa do Grupo CCR) foi a vencedora do leilão cujo critério de julgamento foi o maior desconto ofertado para a Tarifa Básica de Pedágio, respeitando-se a tarifa teto de R\$ 0,09270/km referenciado a maio/2012, cujo lance apresentado na proposta econômica foi de R\$ 0,04381/km (deságio de 52,74%).

O Sistema Rodoviário, objeto da Concessão, compreende o trecho da rodovia BR-163/MS integralmente inserido no Estado do Mato Grosso do Sul, com extensão total de 845,4 km, entre a divisa com o Estado do Paraná e término na divisa com o Mato Grosso, incluindo todos os elementos integrantes da faixa de domínio, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas à Concessão e passa por 21 cidades lindeiras: Mundo Novo, Eldorado, Itaquiraí, Naviraí, Juti, Caarapó, Dourados, Douradina, Rio Brilhante, Nova Alvorada do Sul, Sidrolândia, Campo Grande, Jaraguari, Rochedo, Bandeirantes, Camapuã, São Gabriel do Oeste, Rio Verde de Mato Grosso, Coxim, Pedro Gomes e Sonora.

O Contrato de Concessão foi assinado em 11 de março de 2014 e tem duração de 30 anos contados a partir da assunção da rodovia, o que ocorreu 30 dias após a assinatura.

A BR-163/MS constitui o principal canal de escoamento da produção de commodities agrícolas da região até os portos de Santos/SP e Paranaguá/PR.

1.3 Destaques de 2021

Em 10 de junho de 2021 foi celebrado a assinatura do 1º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão da Companhia, firmado entre a União Federal, por intermédio da ANTT. O presente Termo tem por objetivo estabelecer as condições de prestação dos serviços de manutenção, conservação, operação, monitoração e execução dos investimentos essenciais contemplados no Contrato Originário, as responsabilidades durante o período de transição e transferência da Concessão a serem observadas durante a sua vigência a fim de garantir a continuidade e a segurança dos serviços essenciais relacionados ao Empreendimento.

2. Desempenho Econômico-Financeiro

2.1 O mercado

A região onde a Companhia está inserida tem forte dependência econômica do setor do agronegócio. O escoamento dos principais produtos agrícolas produzidos na região Centro-Oeste influencia diretamente o tráfego que transita pela BR-163/MS.

2.2 Desempenho

Em R\$ mil	2021	2020	Var.%
Receita líquida	228.423	311.823	-26,7%
Receita de pedágio	231.964	292.320	-20,6%
Receita de construção (ICPC 01 R1)	14.238	37.993	-62,5%
Outras receitas	8.201	7.518	9,1%
(-) Deduções da receita bruta	(25.980)	(26.008)	-0,1%
(-) Custos e despesas (a)	(208.363)	(649.141)	-67,9%
Custos de construção (ICPC 01 R1)	(14.238)	(37.993)	-62,5%
Demais custos e despesas	(194.125)	(611.148)	-68,2%
(-) Resultado financeiro líquido	(93.108)	(69.270)	34,4%
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.451)	57.776	-104,2%
Prejuízo líquido	(75.499)	(348.812)	-78,4%
(+) Resultado financeiro líquido	93.108	69.270	34,4%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	2.451	(57.776)	-104,2%
EBIT (b)	20.060	(337.318)	-105,9%
Margem EBIT	8,8%	-108,2%	117,0
(+) Provisão de manutenção	(85.360)	(80.335)	6,3%
EBIT Ajustado	(65.300)	(417.653)	-84,4%
Margem EBIT ajustada (c)	9,4%	-123,2%	132,6
(+) Depreciação/amortização	56.401	54.865	2,8%
EBITDA (b)	76.461	(282.453)	-127,1%
Margem EBITDA	33,5%	-90,6%	124,1
(+) Provisão de manutenção (d)	(85.360)	(80.335)	6,3%
EBITDA ajustado	(8.899)	(362.788)	-97,5%
Margem EBITDA ajustada (e)	-4,2%	-132,5%	128,3
Dívida líquida	790.289	804.886	-1,8%
Investimentos	20.148	39.901	-49,5%
Veículos equivalentes (em milhares)	50.785	44.260	14,7%

- (a) Custos e despesas: custos dos serviços prestados + custos de construção + despesas gerais e administrativas e outras receitas e despesas operacionais.
- (b) Calculados de acordo com a Instrução CVM nº 527/12.
- (c) A margem EBIT ajustada, foi calculada por meio da divisão do EBIT ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita líquida de construção, dado que esta é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida afeta os custos totais.
- (d) A provisão de manutenção refere-se à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica e é ajustada, pois se refere a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras. Para maiores detalhes vide notas explicativas 2 - Principais práticas contábeis (item "1") e 17 - Provisão de manutenção.

- (e) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita de construção, dado que esta é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais.

2.2.1 Receita Líquida

Receita de pedágio: Em 2021 a arrecadação totalizou R\$ 231.964 em Receita de Pedágio, comparando com 2020 apresentou-se redução de -20,6%. A redução é em decorrência da contabilização do excedente tarifário, R\$ (104.739), previsto no Termo Aditivo ao Contrato de Concessão.

Receita de construção: Em 2021 a receita de construção ficou em R\$ 14.238, sendo que o maior volume ocorreu na restauração de pavimento, comparando com 2020 o saldo é menor em 62,5%. Conforme Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), a Companhia reconhece a receita e o custo de construção, de acordo com o CPC 47 – Contratos de construção. Receita e o custo de construção são iguais, não incorrendo lucro sobre este item.

Outras receitas: Referem-se às receitas oriundas da análise de projetos para emissão de termos de anuência e estudos de acessos à rodovia, utilização da faixa de domínio por adutoras, redes de energia elétrica e redes de fibra óptica. Em 2021 a receita foi maior em 9,1% comparando com o ano anterior devido aos reajustes contratuais, esses reajustes são feitos anualmente, considerando o mês de assinatura do contrato, utilizando como base o índice de IPCA do mês de fevereiro, conforme definido pela Resolução nº 2.552 de 15 de fevereiro de 2008 da ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres).

2.2.2 Custos e despesas totais

Os custos e as despesas totais reduziram 67,9% no exercício de 2021 em relação a 2020, alcançando o valor de R\$ 208.363. Esta variação deve-se principalmente ao provisionamento de autos de infração e os efeitos da estimativa de perda Lei 13.448/17, registrados em dezembro de 2020.

2.2.3 Investimentos

Durante o exercício de 2021, foram investidos R\$ 20.148 em obras, equipamentos e veículos. Esses valores, quando adicionados aos R\$ 39.901 realizados em 2020, perfazem o montante de R\$ 1.804.321 realizados nos 7 anos de implementação do plano de investimentos da Companhia.

Os principais projetos de 2021 foram:

- Início da obra de implantação de Dispositivo Diamante em Dourados/MS (Km 258)

Além destes, alguns projetos seguem em andamento:

- Melhorias em elementos de proteção e segurança.

2.2.4 Captação de Recursos

Os investimentos pactuados no Contrato de Concessão são financiados por contratos firmados com o BNDES e a Caixa Econômica Federal. O financiamento com o BNDES foi suportado por um empréstimo ponte firmado em setembro de 2014 no montante de R\$ 646.000 com prazo de 18 meses e teve seu vencimento em abril de 2016, quando iniciou o empréstimo de longo prazo no valor de R\$ 2.109.915. No dia 15 de abril de 2016, a Companhia recebeu o primeiro repasse do financiamento no valor de R\$ 587.039. Além disso, no mesmo ano a Companhia contratou dois financiamentos com

a Caixa Econômica Federal, um com recursos do programa FINISA, no valor de R\$ 527.288 e contrato de repasse de recursos do BNDES, no valor de R\$ 210.000. Em outubro de 2016, a Concessionária recebeu R\$ 147.050 de aporte dos dois últimos contratos citados. No mês de março de 2017, foram desembolsados R\$ 107.405 dos contratos com o BNDES e Caixa Econômica Federal. A Companhia não obteve novos desembolsos em 2019, 2020 e 2021.

A Companhia não teve novas captações em 2021 e não contratou novos financiamentos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

2.2.5 Valor Adicionado

Em 2021, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela Companhia foi de R\$ 92.591, representando 37,5% da Receita Operacional Bruta, o que representa um acréscimo de 127,8% em relação a 2020, em que o valor adicionado foi de R\$ (270.484) representando -90,2% da Receita Operacional Bruta daquele exercício.

2.2.6 Política de Distribuição de Dividendos

O Estatuto Social (art. 33) determina a distribuição de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício. Os dividendos atribuídos aos acionistas da Companhia serão pagos nos prazos da lei, somente incidindo correção monetária e/ou juros se assim for determinado pela Assembleia Geral. Os dividendos distribuídos e não reclamados no prazo de três anos reverterão em favor da Companhia. A Companhia poderá levantar balanços semestrais, podendo, ainda, levantar balanços em períodos menores e declarar, por deliberação da Assembleia Geral, dividendos à conta do lucro apurado nesses balanços, por conta do total a ser distribuído ao término do respectivo exercício social, observadas limitações previstas em lei. Ainda por deliberação da Assembleia Geral, poderão ser declarados dividendos intermediários, à conta de: (i) balanço patrimonial semestral; ou (ii) lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

A Companhia não distribuiu dividendos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

2.2.7 Planejamento Empresarial

A Companhia continua com a prestação de serviços de atendimento aos usuários da BR-163/MS com socorro médico, socorro mecânico, inspeção de tráfego, combate a incêndios e apreensão de animais que são acionados pelos usuários através do serviço 0800 e centro de controle operacional 24 horas, todos os dias do ano, buscando com excelência torná-la uma Rodovia da Vida.

2.2.8 Gestão da Qualidade

No exercício de 2021, a Companhia manteve o certificado NBR ISO 14001 versão 2015 compreendendo o escopo: cobrança de receitas acessórias na faixa de domínio, monitoramento do tráfego pelo centro de controle operacional e através do 0800, canal de ouvidoria para recebimento e tratativa de reclamações, sugestões e solicitações, monitoração e conservação da faixa de domínio, arrecadação da tarifa de pedágio, serviço de atendimento ao usuário (SAU) através de resgate médico, resgate mecânico, inspeção de tráfego, combate a princípio de incêndio e apreensão e/ou afugentamento e resgate de animais do sistema rodoviário da BR-163/MS. O objetivo da Norma é “prover à organização uma estrutura para proteção do meio ambiente e possibilitar uma resposta às mudanças das condições ambientais em equilíbrio com as necessidades socioeconômicas”. Através do Sistema de Gestão Integrado (SGI) é possível preservar o meio ambiente, melhorar a eficiência do desempenho e reduzir custos, reafirmando o comprometimento da concessionária na participação ativa para o desenvolvimento socioambiental regional.

2.2.9 Recursos Humanos

Em 2021 foram contratados 208 novos colaboradores para diversas áreas da Concessionária. A média/ano de turnover ficou em 0,58%. O destaque está nas capacitações internas (NR's 5, 6, 11 e 12, PTI – Programa de Treinamento Interno do APH e Tráfego), o que refletiu em redução de gastos e efetividade dos resultados dos treinamentos.

Encerramos 2021 com 759 colaboradores próprios e 418 colaboradores terceirizados.

3. Indicadores Operacionais

Em 11 de outubro de 2021, a Concessionária completou sete anos de implantação do serviço de atendimento aos usuários da BR-163/MS com serviços de socorro médico, socorro mecânico, inspeção de tráfego, combate a incêndios e apreensão de animais que são acionados pelos usuários através do serviço 0800 e centro de controle operacional.

As equipes e recursos de atendimento estão distribuídos ao longo de 17 bases operacionais atendendo 24 horas, todos os dias do ano.



3.1 Caracterização do Tráfego

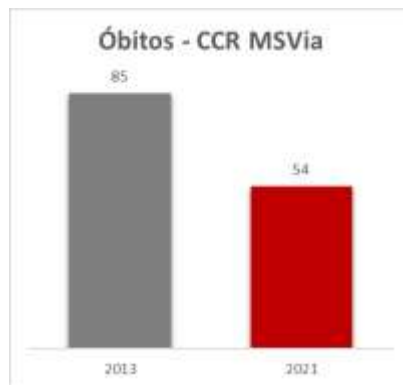
3.1.1 Volume

Na tabela é apresentado o Volume Diário Médio Equivalente por mês em cada Praça de Pedágio, sem evasão.

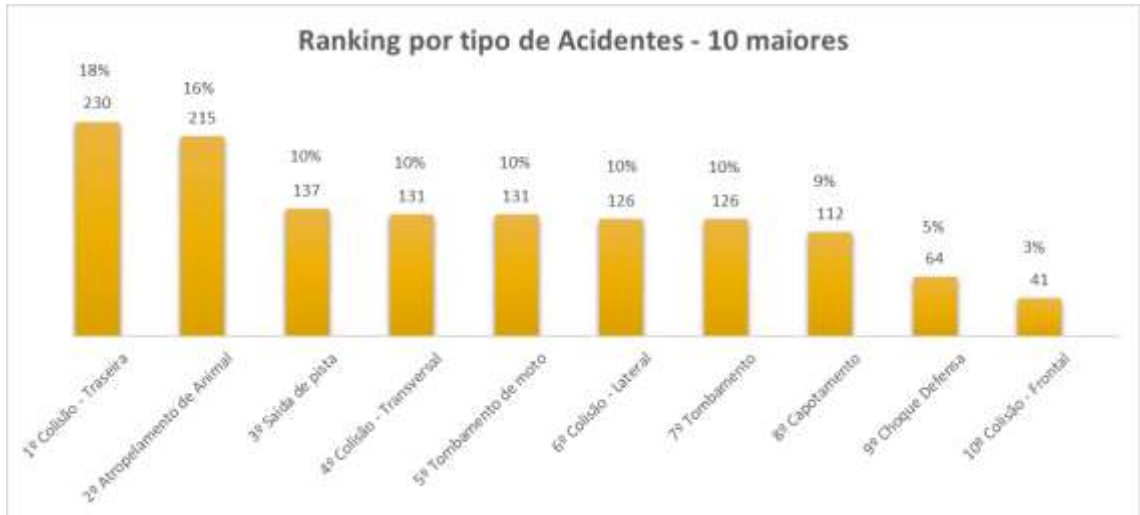
	P01	P02	P03	P04	P05	P06	P07	P08	P09	TOTAL
Janeiro	13.242	13.692	13.244	11.253	16.052	17.954	14.923	12.932	11.934	125.225
Fevereiro	12.346	13.057	13.061	11.387	16.926	18.283	15.113	12.895	12.109	125.178
Março	14.273	13.351	13.441	10.934	16.267	17.259	14.283	11.249	10.669	121.724
Abril	11.898	12.555	12.588	10.624	15.897	18.259	14.514	11.690	10.874	118.899
Maió	12.595	14.358	13.180	11.797	16.736	19.839	16.071	13.397	12.380	130.353
Junho	12.938	14.330	12.822	11.091	16.224	19.529	16.018	13.501	12.722	129.172
Julho	15.130	17.244	16.362	14.042	19.446	22.898	18.990	16.342	15.323	155.777
Agosto	17.496	19.395	18.510	14.930	20.295	24.305	20.100	17.111	16.259	168.401
Setembro	15.546	17.061	16.722	13.655	18.989	23.044	18.658	15.771	14.886	154.332
Outubro	13.854	15.706	15.288	13.539	19.871	23.316	19.596	16.960	15.889	154.020
Novembro	13.078	15.887	14.335	12.473	17.930	21.076	17.695	15.150	14.100	141.723
Dezembro	13.382	14.501	14.571	12.334	18.906	21.399	18.019	15.481	14.485	143.079
ANO	13.832	15.113	14.526	12.350	17.808	20.617	17.017	14.389	13.484	139.136

3.1.2 Segurança no Trânsito

No exercício de 2020 foram registrados 1.397 acidentes, em 2021 houve um aumento no número de acidentes, foram registrados foram 1.511 acidentes no período. Esse acréscimo é justificado mediante a variação do tráfego em 2021 em relação a 2020, que foi 14,7% maior em número de eixos equivalentes. Comparando o número de vítimas fatais com 2013 quando a rodovia não era concessionada houve uma redução de 36%.



Nas figuras são demonstrados os percentuais e valores de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por quantidade de eventos por tipo de veículo, por gravidade e com número de pessoas envolvidas no exercício corrente e no exercício anterior.



ACOMPANHAMENTO MENSAL DE ACIDENTES - CCR MSVia

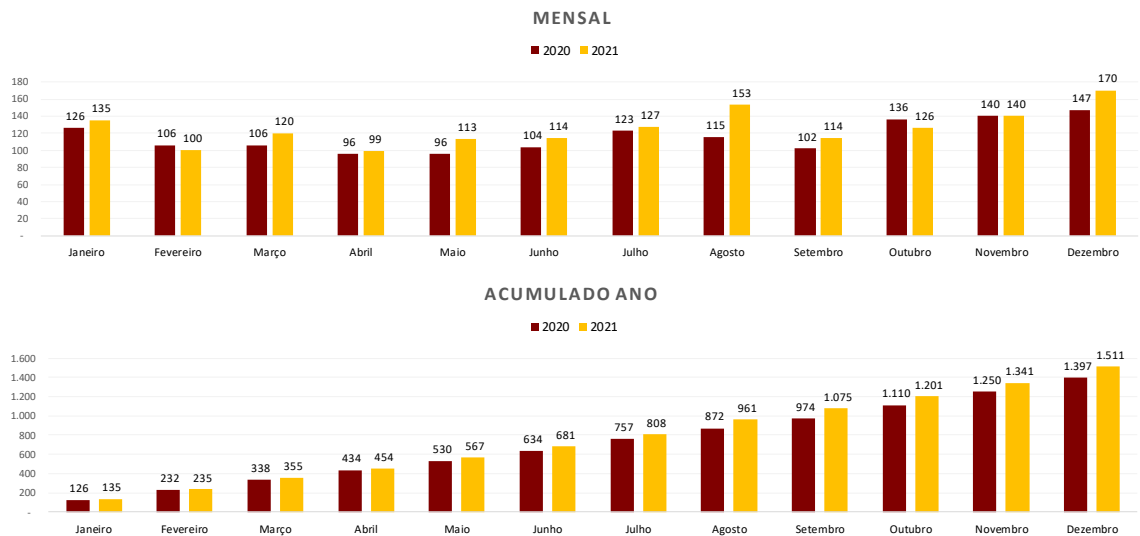
2021 ▾

Ano / Acidentes	Acumulado	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Total acidentes	1.511	135	100	120	99	113	114	127	153	114	126	140	170
Acidentes c/ vítimas feridas	629	54	44	49	42	42	42	63	66	61	42	57	67
Acidentes s/ vítimas	836	77	51	64	53	66	71	59	85	48	80	81	101
Acidentes c/ mortos	46	4	5	7	4	5	1	5	2	5	4	2	2
Atropelamento Fatal	8	1	2	0	1	1	1	1	0	0	1	0	0
Atropelamento	18	0	2	1	2	1	2	3	0	2	2	1	2

Nº. Vítimas feridas	935	74	57	62	64	55	53	97	84	80	56	96	157
Nº. Mortos	54	6	5	7	4	6	1	6	2	5	5	2	5

Fonte: CCO - MSVia

Total acidentes ▾



3.2 Dados de Operação da Concessão

3.2.1 Veículos Alocados

Na tabela são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela Companhia na operação da concessão no último mês ano-base. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados entre as Concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da via sob concessão. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de veículos pela extensão total é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 100 para facilitar a análise.

Tipo Veículo	Quantidade	Qtde/100km
Guincho Leve	20	2,37
Guincho Pesado	9	1,07
Veículo de Inspeção	26	3,08
Ambulância de Resgate - Tipo C	17	2,01
Ambulância de Suporte Avançado - Tipo D	5	0,59
Caminhão Pipa	5	0,59
Caminhão Apreensão de Animais	5	0,59
Manutenção de Equipamentos	20	2,37
Administrativo	47	5,56
Fiscalização (ANTT)	4	0,47
Sela Trinca	2	0,24
Veículos de Pintura	5	0,59
Total	165	19,53

No exercício de 2021, foram registrados 91.446 atendimentos ao usuário por meio do serviço 0800 e 120.419 acionamentos de recursos, destacando-se:

- 77.561 (outros atendimentos) acionamentos de viaturas de inspeção de tráfego, caminhão-pipa e apreensão de animais;
- 39.699 (atendimentos mecânicos) acionamentos de guinchos leve e pesados;
- 3.159 (atendimentos médicos) acionamentos de ambulância/resgate.

3.2.2 Funcionários Alocados

São apresentados na tabela as quantidades de colaboradores empregados pela Companhia na operação da Concessão no último mês ano-base. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre as Concessionárias, é acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de colaboradores pelo VDMA (volume diário médio anual equivalente) da via concedida. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de colaboradores pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000 para facilitar a análise.

Tipo Função	Quantidade	Qtd/100km
Agente Administrativo	4	0,02
Agente Atendimento - APH Enfermeiro	28	0,17
Agente Atendimento - APH Socorrista	194	1,16
Agente Atendimento - Arrecadação	4	0,02
Agente Atendimento - Monitoramento	183	1,10
Agente Atendimento - Sela Trinca	9	0,05
Coord. Interação com Cliente	2	0,01
Gerente Atendimento	1	0,01
Supervisor Interação com Cliente	7	0,04
Total Operacional	432	2,59
Agente Atendimento - Arrecadação	171	1,03
Coordenador Arrecadação	1	0,01

Líder Arrecadação	19	0,11
Supervisor Administrativo	1	0,01
Total Pedágio	192	1,15
Agente Administrativo	21	0,13
Agente Conservação	11	0,07
Agente Econ. Financeiro	1	0,01
Agente Engenharia	9	0,05
Agente Especializado Tecnologia	1	0,01
Agente Gestão Pessoas	1	0,01
Agente Manut Eqpto Sistemas	3	0,02
Agente Manutenção	21	0,13
Agente Manutenção Frota	5	0,03
Agente Secretaria	1	0,01
Agente Suporte Sistemas	2	0,01
Agente Suprimentos	1	0,01
Analista Administração	1	0,01
Analista Comunicação	1	0,01
Analista Contrato de Concessão	2	0,01
Analista Engenharia	5	0,03
Analista Engenharia Obras	1	0,01
Analista Planejamento e Controle	1	0,01
Aprendiz Assist. Administrativo	15	0,09
Coord. Planejamento Controle	1	0,01
Coordenador Engenharia Obras	1	0,01
Coordenador Gente e Gestão	1	0,01
Coordenador SGI	1	0,01
Coordenador Tecnologia	1	0,01
Diretor Unidade de Negócio	1	0,01
Engenheiro Segurança Trabalho	1	0,01
Gerente Comunicação	1	0,01
Gerente Contrato de Concessão	1	0,01
Gerente Engenharia	1	0,01
Médico do Trabalho	1	0,01
Supervisor Administrativo	7	0,04
Supervisor Engenharia	4	0,02
Supervisor Manut Eqpto Sistemas	3	0,02
Supervisor Manutenção Frota	1	0,01
Supervisor Meio Ambiente	1	0,01
Supervisor Planejamento do Atendimento	1	0,01
Supervisor Qualidade	1	0,01
Técnico Segurança Trabalho	3	0,02
Total Áreas De Apoio	135	0,81

Total Geral	759	4,55
--------------------	------------	-------------

3.3 Aspectos Financeiros

Nos quadros a seguir temos um breve detalhamento de alguns números da Companhia

- Receita de Pedágio/Acessória (em R\$ mil)

Em 2021	Acumulada
240.165	1.813.148

- Investimentos (em R\$ mil)

Em 2021	Acumulado
20.148	1.804.321

- Custos Operacionais (em R\$ mil)

Em 2021	Acumulado
205.492	3.107.850

- ISS Repassados (em R\$ mil)

A tabela mostra o total de ISS repassados para as prefeituras no exercício de 2021 e o acumulado desde o início da concessão.

Em 2021	Acumulado
21.832	160.462

- Tarifa

A tabela apresenta os valores referentes as tarifas praticadas no exercício de 2021 em cada praça de pedágio, por categoria de veículo.

Eixos	P1	P2	P3	P4	P5	P6	P7	P8	P9
1	R\$ 5,10	R\$ 7,00	R\$ 7,00	R\$ 7,10	R\$ 7,80	R\$ 6,10	R\$ 5,90	R\$ 7,80	R\$ 5,80
2	R\$ 10,20	R\$ 14,00	R\$ 14,00	R\$ 14,20	R\$ 15,60	R\$ 12,20	R\$ 11,80	R\$ 15,60	R\$ 11,60
3	R\$ 15,30	R\$ 21,00	R\$ 21,00	R\$ 21,30	R\$ 23,40	R\$ 18,30	R\$ 17,70	R\$ 23,40	R\$ 17,40
4	R\$ 20,40	R\$ 28,00	R\$ 28,00	R\$ 28,40	R\$ 31,20	R\$ 24,40	R\$ 23,60	R\$ 31,20	R\$ 23,20
5	R\$ 25,50	R\$ 35,00	R\$ 35,00	R\$ 35,50	R\$ 39,00	R\$ 30,50	R\$ 29,50	R\$ 39,00	R\$ 29,00
6	R\$ 30,60	R\$ 42,00	R\$ 42,00	R\$ 42,60	R\$ 46,80	R\$ 36,60	R\$ 35,40	R\$ 46,80	R\$ 34,80
7	R\$ 35,70	R\$ 49,00	R\$ 49,00	R\$ 49,70	R\$ 54,60	R\$ 42,70	R\$ 41,30	R\$ 54,60	R\$ 40,60
8	R\$ 40,80	R\$ 56,00	R\$ 56,00	R\$ 56,80	R\$ 62,40	R\$ 48,80	R\$ 47,20	R\$ 62,40	R\$ 46,40
9	R\$ 45,90	R\$ 63,00	R\$ 63,00	R\$ 63,90	R\$ 70,20	R\$ 54,90	R\$ 53,10	R\$ 70,20	R\$ 52,20

3.4 Concessionária em números

Dados anuais - 2021		Unidade de medida ou comentário
Quilômetros de rodovia	845	
Número de veículos que transitaram	16.403.833	Quantidade por tamanho (leve, mais de dois eixos, mais de três eixos)
Veículos leves	8.747.917	
Motos	295.737	
Caminhões	6.847.045	
Ônibus	73.762	
Veículos isentos	438.841	
Motos isentas	531	
Número de praças de pedágios	9	
Tarifa		Tarifa (informação detalhada no item 3.4)
P1 – Mundo Novo	5,10	
P2 – Itaquirai	7,00	
P3 – Caarapó	7,00	
P4 – Rio Brilhante	7,10	
P5 – Campo Grande	7,80	
P6 – Jaraguari	6,10	
P7 – São Gabriel do Oeste	5,90	
P8 – Rio Verde	7,80	
P9 – Pedro Gomes	5,80	
Número de quilômetros mantidos	845	Quilômetros por ano
Índice de congestionamento	N/A	Por velocidade média de veículos
Trânsito Médio Diário Equivalente	139.136	Volume do trânsito corrigido por fatores de tipo de veículo
Trânsito Médio Diário Anual Equivalente	139.136	Média anual
Equips. utilizadas pelo concessionário		Veículos, Maquinaria, Balanças, etc.
Praças de pedágio	9	
Bases Operacionais	17	
Balanças	3	
Ambulâncias de Resgate	17	
Guincho Leve	17	
Guincho Pesado	8	
Veículo Inspeção de Tráfego	19	
Veículo Apreensão de Animais	5	
Veículo Caminhão Pipa	5	
Índices de qualidade de estrada	N/A	Por exemplo, índice de Rugosidade
Receita de pedágio	231.964	Expresso em milhares de reais
Custos associados às receitas de pedágio	25.980	Expresso em milhares de reais
<u>Fator Trabalho</u>		
Número de Trabalhadores	759	Por tipo de atividade e por categoria de trabalho
Operacional	432	
Pedágio	192	
Áreas de Apoio	135	
Despesas de Pessoal	43.427	
Operacional	24.717	
Pedágio	10.985	
Áreas de Apoio	7.724	

<u>Fator Capital</u>		
Despesas de Depreciação	56.401	Regra de depreciação empregada
Ativo Líquido	22.542	Caixa e Equivalentes de Caixa
Ativo Bruto	1.573.488	
Série Histórica dos Investimentos	1.804.321	Em unidades monetárias
Custo de Oportunidade do Capital	-96.574	Custo de capital
<u>Fatores Intermediários</u>		
Despesas em Administração	14.689	Em valores monetários, não incluir despesas trabalhistas administrativas
Despesas em Manutenção	146.852	Valores monetários
Outras Despesas	15.244	
<u>Seguridade</u>		
Quantidade de Acidentes	1.511	Na medida do possível, separados entre aquele em que houve vítimas ou apenas danos e lesões
Acidentes c/ vítimas feridas	629	
Acidentes s/ vítimas	836	
Acidentes c/ mortos	46	
Vítimas feridas	935	
Mortos	54	
<u>Indicadores</u>		
Receita por veículo ou KM	1,67	
Custo por veículo ou KM	1,58	
Quilômetros de rodovia	845	

3.5 Balanço Social

	2021	2020
Faturamento bruto		
Receita líquida (RL)	228.423	311.823
Resultado operacional (RO)	20.060	-337.318
Folha de pagamento bruta (FPB)	43.427	40.434
Folha de pagamento bruta - total remunerações	20.709	17.590
Folha de pagamento bruta - Total pago a empresas prestadoras de serviços	**	**

**Não temos informações para esse item, visto que Gestão de Pessoas não faz a gestão deste item.

4. Demais Assuntos

4.1 Governança Corporativa

A Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto de propósito exclusivo e específico, e subsidiária integral da CPC (Companhia de Participações em Concessões).

O Conselho de Administração da Companhia é composto por três membros efetivos, eleitos em assembleia geral de acionistas, sendo Eduardo Siqueira Moraes Camargo o Presidente do Conselho e

demais membros efetivos: Pedro Paulo Archer Sutter e Roberto Penna Chaves Neto. A Diretoria, composta por três membros foi eleita pelo Conselho de Administração: Heitor de Souza Pires, Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores, como Diretor eleito Guilherme Motta Gomes e como Diretor eleito Eduardo Siqueira Moraes Camargo.

4.2 Sustentabilidade

A sustentabilidade subsidiada pelos pilares ESG é um tema estratégico do Grupo CCR para impulsionar a geração de valor para seus acionistas, clientes, fornecedores, sociedade, colaboradores e todos os outros públicos de relacionamento. Nossa cultura de sustentabilidade permeia os negócios e é fortalecida por uma estrutura de gestão dedicada a avaliar e mitigar os riscos, potencializar as oportunidades a fim de ampliar os impactos positivos nos vieses ambientais, sociais e econômicos em nossas operações.

Essa visão estratégica é assegurada por uma estrutura de governança para que a sustentabilidade ocorra de forma transversal em todo o Grupo CCR, desde o Conselho de Administração (CA) até as concessionárias que administram os ativos de infraestrutura. A atuação do Comitê de Riscos e Reputação, que assessoria o CA, contribui para estabelecer diretrizes que alinhem o desenvolvimento dos negócios às demandas e movimentos globais em prol do desenvolvimento sustentável, ao aprimoramento das relações com os *stakeholders* e à organização das doações e patrocínios a projetos socioambientais.

A definição da estratégia corporativa de sustentabilidade do Grupo CCR é decidida de forma colegiada através da Diretoria Executiva, do Comitê de Gente e ESG e do Conselho de Administração da CCR. A Diretoria Executiva conta com um executivo responsável pela gestão do tema e uma equipe responsável por disseminar e internalizar os conceitos, práticas e estratégia para as divisões de negócio. A responsabilidade pelo planejamento e análise dos projetos socioambientais é do Instituto CCR, também responsável pela gestão do investimento socioambiental.

Um sólido conjunto de políticas corporativas é a base para que a gestão da sustentabilidade esteja em linha com os objetivos estratégicos do Grupo CCR:

- Código de Ética
- Política do Meio Ambiente
- Política de Mudanças Climáticas
- Política de Responsabilidade Social
- Política de Gerenciamento de Riscos
- Política da Empresa Limpa

Para conhecer essas e outras políticas do Grupo CCR, acesse seção de Governança através do endereço abaixo:

www.ccr.com.br/ri

Visando a transparência de suas ações, anualmente, o Grupo CCR divulga os resultados e avanços na gestão da sustentabilidade dos negócios por meio do seu Relatório Anual e de Sustentabilidade (RAS) de forma integrada, adotando a metodologia proposta pelo Comitê Internacional para Relatos Integrados (sigla em inglês, IIRC) e dos indicadores padronizados internacionalmente, propostos pela *Global Reporting Initiative* (GRI). Para ler edição mais recente do Relatório Anual e de Sustentabilidade acesse <http://www.grupoccr.com.br/sustentabilidade/relatorios>

4.3 Compromissos

A Concessionária está em conformidade aos Princípios do Equador segundo o 10º Relatório de Monitoramento que contém as informações relacionadas a verificação do cumprimento do Plano de Ação Socioambiental (ESAP) atestando que as diretrizes Socioambientais estão sendo atendidas.

Em 2021 a Companhia realizou Campanhas Educativas para os usuários da rodovia, distribuição de kits de higiene e alimentos para caminhoneiros e campanha de doação de alimentos para a Central Única das Favelas (CUFA), que destinou os alimentos arrecadados para as famílias de baixa renda de Campo Grande/MS.

Também em 2021, aconteceu o projeto Fotoitinerante, realizado em parceria com o Instituto CCR, que tem como objetivo refletir sobre o futuro utilizando a fotografia como ferramenta.

4.4 Destaques do Período

No exercício de 2021 houve uma redução no número de ações voltado ao usuário da BR-163/MS devido a pandemia global do novo coronavírus, fato que impactou negativamente as ações de segurança viária.

Mês	Palestra		Panfletagem	Ação Educativa
	Qtd Palestra	Público Atingido		
Janeiro	0	0	0	0
Fevereiro	0	0	0	0
Março	0	0	30	0
Abril	0	0	0	0
Mai	3	86	0	2
Junho	0	0	0	0
Julho	1	120	0	3
Agosto	2	57	0	24
Setembro	0	0	49.258	7
Outubro	0	0	13.025	1
Novembro	0	0	12.000	1
Dezembro	0	0	13.300	6
TOTAL	6	263	87.613	44

4.5 Reconhecimento

O modelo de negócio sustentável do Grupo CCR e das unidades tem sido reconhecido pela sociedade continuamente. Os prêmios e reconhecimentos de destaque recebidos pela Companhia em 2021 foram:

- A CCR MSVia conquistou a segunda colocação no Prêmio Via Viva 2021, Categoria Rodoviária. “O prêmio Via Viva 2021 reconhece o bom desempenho no IDA – Índice de Desempenho Ambiental para o setor de infraestrutura de transportes, estimulando boas práticas em gestão socioambiental. Tem por objetivo verificar a evolução qualitativa e o comprometimento socioambiental do setor.”
- Elogios pelos Usuários da Rodovia BR-163/MS: a quantidade de elogios recebidos pelos colaboradores do Atendimento vem crescendo significativamente através do nosso canal de 0800, no exercício de 2021 foi alcançado o total de 2.490 elogios, demonstrando um grande empenho dos colaboradores.

4.6 Considerações Finais

4.6.1 Agradecimentos

Neste exercício de 2021 a Companhia agradece aos usuários, acionistas, pelo apoio e confiança depositados na equipe de direção da Companhia, ao Governo Federal e à ANTT, aos fornecedores, instituições financeiras, seguradoras e à Polícia Rodoviária Federal pela parceria desenvolvida com objetivo de transformar a rodovia da morte em “Rodovia da Vida”.

A Concessionária agradece também aos colaboradores pela dedicação e trabalho, fundamentais para a superação dos desafios.

4.6.2 Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM 381/03, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, não foram contratados nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

No relacionamento com o Auditor Independente, buscou-se avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira e foram elaboradas a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais não foram objetos de auditoria por parte dos auditores independentes.

4.6.3 Cláusula Compromissória

O Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante em seu estatuto social.

4.6.4 Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, revisou e aprovou as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda., emitido nesta data, e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Campo Grande, 24 de fevereiro de 2021.

A Administração.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas e Administradores da

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

Campo Grande – MS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas

demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e contratuais	
Veja as Notas explicativas 2(i) e 16 das demonstrações financeiras.	
Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia é parte passiva em processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista, previdenciário e contratual decorrentes do curso normal de suas atividades.</p> <p>A Companhia reconhece uma provisão para um processo judicial ou administrativo quando existe uma obrigação presente, é provável uma saída de recursos para liquidar a obrigação, e pode ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.</p> <p>A probabilidade de uma saída de recurso e o montante esperado para liquidar a obrigação são determinadas com base no julgamento da administração da Companhia e dos seus assessores jurídicos que consideram na sua avaliação a natureza e a jurisprudência de processos semelhantes.</p> <p>Consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria devido à natureza e a extensão do esforço de auditoria necessário para tratar do assunto, incluindo o grau de conhecimento necessário para aplicar procedimentos de auditoria e avaliar o resultado desses procedimentos e os possíveis impactos nas demonstrações financeiras.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"> - reconciliar as informações recebidas nas respostas das cartas de circularização, encaminhadas pelos assessores jurídicos internos e externos, com o relatório interno da Companhia sobre a posição dos processos em andamento, se atentando para a suficiência dos montantes esperados para liquidação da obrigação e a probabilidade de perda estimada para cada processo; - reconciliar o relatório interno sobre a posição dos processos em andamento da Companhia com o registro contábil, verificando se todas as causas com probabilidade de perda provável foram adequadamente reconhecidas por montantes suficientes; - avaliação se as divulgações das demonstrações financeiras fornecem informações sobre a natureza, exposição, valores provisionados sobre os principais processos da Companhia. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitáveis os saldos reconhecidos de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e outros processos, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.</p>
Ativo financeiro indenizável	
Veja as Notas 1 e 8 das demonstrações financeiras	
Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Conforme nota explicativa 1, em 10 de Junho de 2021, foi assinado o 1º Termo Aditivo ao contrato de concessão para o trecho de rodovia entre a divisa do Estado do Mato Grosso e o Paraná.</p> <p>Esse 1º Termo Aditivo estabelece que quando</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Avaliação do desenho dos controles internos relacionados ao registro das adições;

extinta a concessão, a Companhia terá o direito à indenização do saldo residual da: (i) infraestrutura, e (ii) dos equipamentos utilizados para operar a infraestrutura (ambos, bens reversíveis e indenizáveis) ajustados de acordo com os critérios definidos na Resolução ANTT nº 5.860/2019 e Decreto nº 9.957/2019.

Como os bens reversíveis e indenizáveis representam um direito contratual incondicional de receber caixa do Poder Concedente, a Companhia reconheceu um ativo financeiro no montante de R\$ 1.424.434 mil, em 31 de dezembro de 2021.

Devido a relevância dos valores envolvidos, a natureza e extensão do esforço de auditoria necessário para tratar do assunto, incluindo o grau de conhecimento necessário para aplicar procedimentos de auditoria e avaliar os resultados desses procedimentos, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

- Leitura e avaliação do 1º Termo Aditivo, incluindo o envolvimento de membros com conhecimento especializado necessário para aplicar a política contábil correspondente e avaliar os respectivos resultados.

- Inspeção, em base amostral, dos documentos que suportam as adições ocorridas durante o exercício, tais como nota fiscal, medições, comprovantes de pagamento.

- Recálculo dos valores reconhecidos como ativos financeiros, correspondente aos bens reversíveis e indenizáveis, de acordo com os critérios definidos na Resolução ANTT nº 5.860/2019 e Decreto nº 9.957/2019.

- Avaliação se as divulgações das demonstrações financeiras estão de acordo com os requerimentos das normas contábeis aplicáveis e se consideram todas as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o montante reconhecido como ativo financeiro dos bens reversíveis e indenizáveis bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Ênfase

Chamamos a atenção para nota explicativa nº1.2, subitem i e iii, às demonstrações financeiras, que em 20 de dezembro de 2019, a Companhia manifestou a intenção de aderir ao processo de relicitação, previsto pela Lei 13.448/17 e, em 10 de junho de 2021, foi celebrado o 1º Termo Aditivo ao contrato de concessão e espera-se que o processo de relicitação seja concluído dentro do prazo de até 24 meses contados a partir de 11 de março de 2021. Nossa opinião não está ressalvada em relação esse assunto.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores



A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a



eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP014428/O-6

Wagner Bottino

Contador CRC 1SP196907/O-7

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

Balancos patrimoniais
em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2021	2020	Passivo	Nota	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	22.542	54.052	Financiamentos	15	48.902	48.701
Aplicações financeiras	6	1.244	15.920	Fornecedores	13	28.706	22.262
Contas a receber	7	20.680	15.283	Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	10	5	905
Contas a receber - partes relacionadas	10	58	23	Impostos e contribuições a recolher		3.617	3.474
Tributos a recuperar		1.051	753	Obrigações sociais e trabalhistas	14	8.604	6.513
Despesas antecipadas e outras		1.820	1.667	Provisão de manutenção	17	-	57.572
				Obrigações com o poder concedente		956	908
				Obrigações parceladas	18	971	965
				Outras contas a pagar		3.977	435
Total do ativo circulante		47.395	87.698				
				Total do passivo circulante		95.738	141.735
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Financiamentos	15	763.929	810.237
Ativo financeiro	8	1.424.434	-	Fornecedores	13	263	-
Aplicações financeiras - conta reserva	6	26.269	25.474	Tributos diferidos	9b	6.628	4.177
Depósitos judiciais		1.490	298	Obrigações parceladas	18	1.272	2.130
Tributos a recuperar		25	18	Obrigações sociais e trabalhistas	14	1	49
Outros créditos		163	-	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários, previdenciários e contratuais	16	182.204	136.034
		1.452.381	25.790	Provisão de manutenção	17	-	26.585
				Total do passivo não circulante		954.297	979.212
Imobilizado	11	22.601	72.405	Patrimônio líquido			
Intangível	12	51.112	1.360.115	Capital social	19a	916.000	916.000
Infraestrutura e em construção	12	-	173.892	Prejuízos Acumulados	19b	(392.546)	(317.047)
						523.454	598.953
Total do ativo não circulante		1.526.094	1.632.202				
				Total do passivo e patrimônio líquido		1.573.489	1.719.900
Total do ativo		1.573.489	1.719.900				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

Demonstrações dos resultados dos exercícios
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Receita operacional líquida	20	403.373	311.823
Custos dos serviços prestados			
Custo de construção		(14.238)	(37.993)
Provisão de manutenção	17	85.360	80.335
Depreciação e amortização	11 e 12	(48.215)	(46.336)
Custos contratuais		(15.243)	(15.169)
Serviços		(128.563)	(92.450)
Custo com pessoal		(37.212)	(33.860)
Materiais, equipamentos e veículos		(30.060)	(24.277)
Outros		(5.081)	(3.692)
		<u>(193.252)</u>	<u>(173.442)</u>
Lucro bruto		<u>210.121</u>	<u>138.381</u>
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas			
Despesa com pessoal		(6.215)	(6.574)
Serviços		(13.417)	(15.330)
Materiais, equipamentos e veículos		(487)	(874)
Depreciação e amortização	11 e 12	(8.186)	(8.529)
Campanhas e eventos promocionais		(876)	(664)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários, previdenciários e riscos contratuais	16	(46.170)	(134.898)
Água, luz, telefone, internet e gás		(982)	(936)
Contribuições a sindicatos e associações de classe		(15)	(167)
Gastos com viagens e estadias		(66)	(88)
Reversão para perda esperada - Contas a receber e outros créditos		33	1.307
Ressarcimento ao usuário		(102)	(2.096)
Impostos, taxas e despesas com cartório		(208)	(2.119)
Despesas, provisões e multas indedutíveis		(24)	(2.402)
Estimativa de perda Lei 13.448/17		(104.241)	(301.292)
Outros		(6.234)	(2.185)
		<u>(187.190)</u>	<u>(476.847)</u>
Outros resultados operacionais		(2.871)	1.148
Resultado antes do resultado financeiro		20.060	(337.318)
Resultado financeiro	21	(93.108)	(69.270)
Prejuízo operacional e antes do imposto de renda e da contribuição social		(73.048)	(406.588)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	9	(2.451)	57.776
Prejuízo líquido do exercício		<u>(75.499)</u>	<u>(348.812)</u>
Prejuízo líquido por ação (em reais - R\$)	19c	-0,08189	-0,38416

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Prejuízo líquido do exercício	(75.499)	(348.812)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(75.499)</u>	<u>(348.812)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Capital social		Reservas de Lucros		Reserva especial de dividendos	Prejuízos acumulados	Total
	Subscrito	A integralizar	Legal	Retenção de lucros			
Saldos em 1º de janeiro de 2020	916.000	(45.000)	4.340	6.806	20.619	-	902.765
Integralização de capital em 30 de março de 2020	-	45.000	-	-	-	-	45.000
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	(348.812)	(348.812)
Destinações: Absorção de prejuízo	-	-	(4.340)	(6.806)	(20.619)	31.765	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>916.000</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(317.047)</u>	<u>598.953</u>
Aumento de capital em 25 de novembro de 2021	60.000	(60.000)	-	-	-	-	-
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	(75.499)	(75.499)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>976.000</u>	<u>(60.000)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(392.546)</u>	<u>523.454</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Prejuízo líquido do exercício	(75.499)	(348.812)
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.451	(57.776)
Depreciação e amortização	56.401	54.861
Baixa do ativo imobilizado e intangível	3.545	27
Juros e variação monetária sobre financiamentos	58.194	60.185
Provisão para perda esperada - contas a receber	(33)	(33)
Juros sobre obrigações parceladas	135	41
Reversão de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários, previdenciários e contratuais	33.704	137.950
Atualização monetária s/ riscos cíveis, trabalhistas, tributários, previdenciários e contratuais	15.401	60
Depreciação - arrendamento mercantil	-	4
Reversão da provisão de manutenção	(85.360)	(80.335)
Ajustes a valor presente provisão de manutenção	2.204	11.117
Estimativa de perda Lei nº 13.448/17	104.241	301.292
Remuneração do ativo financeiro	(174.950)	-
Rendimento de aplicação financeira	2.074	-
Variação cambial sobre fornecedores estrangeiros	(2)	(53)
	<u>(57.494)</u>	<u>427.340</u>
Varição nos ativos e passivos		
(Aumento) redução dos ativos		
Contas a receber	(5.364)	(3.202)
Contas a receber - partes relacionadas	(35)	8
Tributos a recuperar	(304)	(23)
Despesas antecipadas e outros	(1.508)	264
Ativo financeiro	138.840	-
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	3.259	5.502
Fornecedores - partes relacionadas	(900)	126
Realização da provisão de manutenção	(1.001)	-
Obrigações sociais e trabalhistas	2.043	(3.672)
Impostos e contribuições a recolher e provisão para imposto de renda e contribuição social	(595)	2.221
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	(249)	-
Pagamento de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários, previdenciários e contratuais	(2.935)	(3.112)
Obrigações com o poder concedente	48	-
Outras contas a pagar	3.542	49
	<u>77.347</u>	<u>76.689</u>
Caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades operacionais	77.347	76.689
Aquisição de ativo imobilizado	(5.638)	(1.650)
Adição ao ativo intangível	(10.839)	(38.251)
Outros de ativo imobilizado e intangível	114	363
Aplicações financeiras líquidas de resgates	12.602	8.715
Resgates / Aplicações na conta reserva	(795)	-
	<u>(4.556)</u>	<u>(30.823)</u>
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de investimento	(4.556)	(30.823)
Integralização de Capital	-	45.000
Financiamentos		
Pagamento de principal	(47.766)	(22.945)
Pagamento de juros	(56.535)	(29.443)
Resgates / Aplicações na conta reserva	-	3.813
Passivo de arrendamento (Pagamento de principal)	-	(4)
	<u>(104.301)</u>	<u>(3.579)</u>
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(104.301)	(3.579)
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	(31.510)	42.287
Demonstração (da redução) do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	54.052	11.765
No final do exercício	22.542	54.052
	<u>(31.510)</u>	<u>42.287</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

Demonstrações do valor adicionado

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Receitas			
Receita de pedágio	20	231.964	292.320
Receita de construção	20	14.238	37.993
Receitas acessórias	20	7.796	7.518
Receita de prestação de serviços entre partes relacionadas	20	405	-
Remuneração de ativo financeiro	20	179.478	-
Reversão de crédito liquidação duvidosa		33	1.307
Insumos adquiridos de terceiros			
Custo de construção		(14.238)	(37.993)
Provisão de manutenção	17	85.360	80.335
Custos dos serviços prestados		(177.591)	(134.038)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(180.872)	(463.061)
Valor adicionado bruto		146.573	(215.619)
Depreciação e amortização	11 e 12	(56.401)	(54.865)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia		90.172	(270.484)
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	21	2.419	2.444
Valor adicionado total a distribuir		92.591	(268.040)
Distribuição do valor adicionado			
Empregados			
Remuneração direta		25.441	23.397
Benefícios		9.689	9.341
FGTS		1.615	1.535
Outras		980	715
Tributos			
Federais		16.963	(41.845)
Estaduais		191	163
Municipais		17.191	14.996
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros		95.503	72.184
Aluguéis		517	286
Remuneração de capitais próprios			
Prejuízo do exercício	19	(75.499)	(348.812)
		92.591	(268.040)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Companhia tem por objeto social específico e exclusivo, sob o regime de concessão, a exploração da infraestrutura e da prestação dos serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço da rodovia BR-163/MS, nos termos do Contrato de Concessão celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), em decorrência do Leilão objeto do Edital de Concessão nº 005/2013 (“Contrato de Concessão”). A sede está localizada na avenida Zilá Corrêa Machado, número 5.600, no bairro Moreninha, na cidade de Campo Grande, no Estado de Mato Grosso do Sul.

O Sistema Rodoviário, objeto da Concessão, compreende o trecho da rodovia BR-163 integralmente inserido no Estado do Mato Grosso do Sul, com extensão total de 845,40 km, entre a divisa com o Estado do Paraná e término na divisa com o Mato Grosso, incluindo todos os elementos integrantes da faixa de domínio, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas à Concessão.

Em 11 de abril de 2014, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) transferiu à Concessionária todos os bens vinculados à operação e manutenção do Sistema Rodoviário pelo prazo de 30 anos.

A Companhia tem como principal desafio duplicar mais de 800 km da BR-163/MS em 5 anos. Além disso, implantou o Sistema de Atendimento ao Usuário em 11 de outubro de 2014, com serviços de socorro médico, socorro mecânico, inspeção de tráfego, combate a incêndios e apreensão de animais que são acionados pelos usuários através do centro de controle operacional e serviço 0800. As equipes e recursos de atendimento estão distribuídos ao longo de 17 bases operacionais.

Previamente ao início da cobrança de pedágio, estava previsto no Contrato de Concessão a duplicação de 10% da rodovia até o 18º mês de Concessão. Tais obras foram realizadas com autorização baseada nas Portarias Interministeriais 288 e 289, de 16 de julho de 2013, dos Ministérios do Meio Ambiente e dos Transportes. Estas Portarias permitem a ampliação da capacidade e a duplicação parcial da rodovia através de uma autorização de execução das obras sem a respectiva licença ambiental, desde que as mesmas não impliquem na supressão de vegetação nativa; realocação da população; impacto em unidades de conservação; impacto em terras indígenas e/ou quilombolas; não realizar intervenções em áreas de preservação permanente.

A Concessionária, após concluir 10% da duplicação e a implantação de nove praças de pedágio em agosto de 2015, iniciou a cobrança da tarifa no dia 14 de setembro de 2015, por meio da autorização da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) publicada na resolução nº 4.826.

As tarifas aplicadas foram reajustadas segundo regras constantes no Contrato de Concessão e com os efeitos das revisões extraordinárias dispostas nas resoluções nº 4.700 de 13 de maio de 2015 e nº 4.826 de 3 de setembro de 2015. A primeira incluiu a implantação de retornos em nível na BR-163/MS no montante de investimentos compromissados com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) e a segunda restabeleceu o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão após isenção da cobrança de pedágio sobre eixos suspensos de veículos comerciais concedida pela Lei nº 13.103/2015, conhecida como “Lei dos Caminhoneiros”.

Em maio de 2016, a titularidade da Licença de Instalação emitida pelo IBAMA, de nº 1083, foi transferida para a Companhia. Desta forma, foi possível iniciar a implantação de mais 55 km de duplicação, totalizando 87 km que foram concluídos em junho de 2017.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 14 de setembro de 2016, foram aplicados o 1º reajuste ordinário e o 3º reajuste extraordinário conforme resolução nº 5.183 de 12 de setembro de 2016, com aplicação da variação do IPCA e consideração do Fator C e Fator D, conforme regras do Contrato de Concessão.

Em 14 de setembro de 2017, foram aplicados o 2º reajuste ordinário e o 4º reajuste extraordinário conforme resolução nº 5.414 de 11 de setembro de 2017, com aplicação da variação do IPCA e consideração do Fator C e Fator D, conforme regras do Contrato de Concessão.

Em 14 de setembro de 2018, foram aplicados o 3º reajuste ordinário e o 5º reajuste extraordinário conforme deliberação nº 700 de 13 de setembro de 2018, com aplicação da variação do IPCA e consideração do Fator C e Fator D, conforme regras do Contrato de Concessão.

Em 30 de novembro de 2019, foram aplicados o 4º reajuste ordinário e o 6º reajuste extraordinário conforme deliberação nº 1.024 de 26 de novembro de 2019, com aplicação da variação do IPCA e consideração do Fator C e Fator D, conforme regras do Contrato de Concessão. No entanto, a Companhia obteve suspensão dos efeitos da deliberação, com a consequente suspensão da redução da tarifa até que sejam apreciados os conflitos decorrentes do desequilíbrio contratual. Deste modo, a Companhia retomou a cobrança do valor anterior da tarifa às 00:00 do dia 1º de dezembro de 2019.

Em 14 de setembro de 2020 não ocorreu o reajuste tarifário conforme regras do Contrato de Concessão, devido a suspensão dos efeitos da deliberação nº 1.025 de 26 de novembro de 2019, até que sejam apreciados os conflitos decorrentes do desequilíbrio contratual pelo juízo arbitral.

Os investimentos pactuados no Contrato de Concessão são financiados por contratos firmados com o BNDES e a Caixa Econômica Federal. O financiamento com o BNDES foi suportado por um empréstimo ponte firmado em setembro de 2014 no montante de R\$ 646 milhões com prazo de 18 meses e teve seu vencimento em abril de 2016, quando iniciou o empréstimo de longo prazo no valor de R\$ 2.109 milhões. No dia 15 de abril, a Companhia recebeu o primeiro repasse do financiamento no valor de R\$ 587 milhões. Além disso, a Companhia contratou dois financiamentos com a Caixa Econômica Federal, um com recursos do programa FINISA, no valor de R\$ 527,3 milhões, e contrato de repasse de recursos do BNDES, no valor de R\$ 210 milhões. Em outubro de 2016, a Companhia recebeu R\$ 147 milhões de aporte dos dois últimos contratos citados. No mês de março de 2017, foram desembolsados R\$ 107 milhões dos contratos com o BNDES e Caixa Econômica Federal.

Em 10 de junho de 2021, foi assinado o Termo Aditivo nº 1 ao contrato de concessão, com o objeto de estabelecer as obrigações relativas à relicitação, para o trecho concedido da BR-163/MS, entre a divisa do Estado do Mato Grosso e a divisa com o Paraná.

Durante o período de vigência do Termo Aditivo, haverá diversas etapas para a efetiva conclusão da relicitação, período em que a Companhia permanecerá operando o trecho concedido e garantindo a continuidade e a segurança dos serviços essenciais aos usuários.

A vigência do Aditivo é de até 24 meses, contados a partir da publicação do Decreto nº 10.647/2021, em 11 de março de 2021.

A Companhia contratou em favor da ANTT, Garantia de Execução do Contrato, no valor de R\$ 175.000, a preços de maio de 2012 ajustado pelo IPCA.

Adicionalmente a Companhia fica obrigada a: (i) prestar os serviços nas condições estabelecidas neste Termo Aditivo e em seus anexos; (ii) observar o prazo de vigência do Termo Aditivo para fins de celebração, prorrogação, renovação e/ou aditamento de contratos com terceiros, exceto se por motivo

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

justificado e com autorização expressa da ANTT; (iii) não distribuir dividendos ou juros sobre capital próprio e não realizar operações que configurem remuneração dos acionistas, nos termos do disposto no §4º, do art. 202, da Lei nº 6.404, de 15 dezembro de 1976; (iv) não reduzir seu capital social; (v) não oferecer novas garantias em favor de terceiros, exceto se por motivo justificado e com autorização expressa da ANTT; (vi) não alienar, ceder, transferir, dispor ou constituir ônus, penhor ou gravame sobre bens ou direitos vinculados ao contrato de concessão originário, exceto por motivo justificado e com autorização expressa da ANTT; e (vii) não requerer falência, recuperação judicial ou extrajudicial.

Bens reversíveis

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, tenha sido devidamente autorizada pelo Poder Concedente.

1.1 Efeitos da pandemia do COVID-19

A Companhia acredita que já ultrapassou os mais expressivos impactos ocasionados pela COVID-19 e não foram identificados riscos que possam afetar a continuidade operacional de suas operações. A Companhia possui capacidade de gerenciar seu caixa de forma a fazer frente a todos seus compromissos. No entanto, devido a incerteza quanto a duração da pandemia da COVID-19, periodicamente, revisamos nossas análises para refletir eventuais mudanças no cenário econômico e impactos nas operações.

Dentre diversas iniciativas que foram adotadas com o objetivo de preservação de caixa e liquidez, ainda está vigente:

- Acompanhamento dos cenários gerenciais de fluxos de caixa, de modo a facilitar a tomada de decisões e a antecipação de ações para evitar/atenuar impactos adversos. Até o momento não foram identificados problemas que impactariam a liquidez ou que gerariam quebra de *covenants* da Companhia.

A Companhia conta com suporte financeiro do acionista controlador final CCR S.A, para maiores detalhes vide nota explicativa nº 5.

1.2 Outras informações relevantes:

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos relacionados a questões regulatórias de concessão. São eles:

i. Revisão contratual extraordinária

Em 06 de abril de 2017, a Companhia apresentou à ANTT, um pedido de revisão contratual extraordinária em virtude de ter havido modificação substancial das bases da contratação por fatores não imputáveis à Companhia e alheios à sua responsabilidade legal ou contratual, que impediam a continuidade dos serviços nos moldes originalmente contratados.

Em 03 de janeiro 2018, a ANTT encaminhou à Companhia ofício comunicando a rejeição do pleito de revisão das condições do Contrato de Concessão, sob o fundamento de que os eventos narrados pela Companhia seriam riscos que teriam sido, no Contrato de Concessão, alocados à Companhia.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Dessa forma, não restou outra opção à Companhia, a não ser, em 20 de maio de 2018, ingressar em juízo em face da ANTT e da União (Processo nº 1009737-97.2018.4.01.3400, em trâmite perante a 22ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal), para requerer preliminarmente que seja autorizada a suspensão de suas obrigações contratuais de investimentos e seja determinado que a ANTT se abstenha de aplicar quaisquer outras penalidades contra a Companhia e, ao final, a condenação da ANTT a proceder à revisão do Contrato de Concessão, ou, subsidiariamente, na remota hipótese de se entender que a revisão necessária extrapola os limites de alterações dos contratos administrativos, a sua rescisão judicial, conforme disposto em lei e nos termos do Contrato de Concessão.

Em 25 de maio de 2018, o juiz proferiu decisão determinando que a ANTT se abstenha, até deliberação posterior, de aplicar qualquer tipo de penalidade contra a Companhia. Após a citação da ANTT e da União, as mesmas contestaram a ação e, posteriormente, a Companhia apresentou sua manifestação em 04 de julho de 2018.

Em 17 de outubro de 2018, foi realizada audiência de conciliação na qual as partes acordaram de suspender o processo por 90 dias, para que fossem realizadas tratativas administrativas, a fim de concretizar um possível acordo.

Em 05 de fevereiro de 2019, a ANTT apresentou petição, para requerer a suspensão do processo por mais 60 dias, o que foi deferido.

Em 11 de abril de 2019, a ANTT formulou novo pedido de prorrogação, requerendo a dilação da suspensão por mais 45 dias.

Diante do transcurso do prazo adicional de 45 dias sem qualquer manifestação da ANTT, bem como considerando que a Agência informou que seria aplicado o Fator D, com fundamento nesse fato novo, a Companhia, em 13 de junho de 2019, apresentou petição reiterando os pedidos liminares inicialmente formulados, sobretudo no que diz respeito à suspensão da aplicação do Fator D.

Em 29 de julho de 2019, a Companhia apresentou nova petição informando que a ANTT havia notificado a Companhia para se manifestar, no prazo de 15 dias, sobre a Nota Técnica nº 2330, que consignou os resultados preliminares da revisão tarifária em andamento e apontou eventual redução tarifária em setembro de 2019 da ordem de 54,27% ou da ordem de 40,58% (caso o recálculo seja diluído ao longo dos próximos 36 meses). Com fundamento nesse fato novo, foi reiterado o pedido liminar formulado na inicial para suspender a aplicação do Fator D.

Em 17 de setembro de 2019, foi proferida decisão que indeferiu o pedido de tutela de urgência formulado pela Companhia. Em 26 de setembro de 2019, a Companhia interpôs o recurso de agravo de instrumento requerendo a reforma da decisão recorrida, o qual foi indeferido em 16 de outubro de 2019. Em 06 de novembro de 2019, a Companhia interpôs agravo interno. Em 04 de dezembro de 2019, a Companhia comunicou nos autos do agravo de instrumento que decidiu submeter a questão do reequilíbrio contratual à jurisdição arbitral, razão pela qual desistiu do recurso.

Em 20 de dezembro de 2019, a União protocolizou petição comunicando que deixou de apresentar contrarrazões ao agravo interno, tendo em vista a desistência recursal da parte adversa.

Em 1ª instância, a Companhia apresentou réplica, em 15 de outubro de 2019, e o processo segue na fase de instrução.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 05 de março de 2020, o Ministério Público Federal apresentou petição para requerer vista dos autos para análise de possível interesse em intervir no feito. Em 11 de março de 2020, foi protocolizada petição pela Companhia requerendo a suspensão do processo até o término da arbitragem em que será discutido o desequilíbrio do contrato de concessão ou, na remota hipótese de assim não se entender, reiterando as provas que pretende produzir. Em 20 de maio de 2020, foi certificado o decurso do prazo para manifestação da ANTT sobre provas.

No âmbito administrativo, o procedimento que tem por objeto a revisão ordinária, a revisão extraordinária e o reajuste tarifário, por meio da Deliberação da ANTT nº 1025/19, em 26 de novembro de 2019, determinou a redução, em 53,94%, da tarifa básica de pedágio de todas as praças compreendidas na BR-163/MS, motivo que ensejou a ação cautelar antecedente preparatória de arbitragem com pedido de liminar (proc. nº 1039786-87.2019.4.01.3400).

Em 27 de julho de 2020, foi proferida decisão que deferiu a suspensão do feito por 6 meses ou até o término do processo da arbitragem. Em 12 de agosto de 2020, o Ministério Público tomou ciência desta decisão. O processo permanece suspenso aguardando a conclusão da arbitragem.

Em 4 de novembro de 2021, terminou o prazo de suspensão processual. Aguarda-se a intimação das partes para se manifestarem a respeito do prosseguimento do processo ou novo pedido de suspensão.

ii. Redução Tarifária e Arbitragem

Em 26 de novembro de 2019, a ANTT, por meio da Deliberação nº 1025/19 (publicada no Diário Oficial em 27 de novembro de 2019) proferida no âmbito do Processo Administrativo nº 50501.313777/2018-04, determinou a redução, em 53,94%, da tarifa básica de pedágio de todas as praças compreendidas na BR-163/MS.

Em 27 de novembro de 2019, a Companhia ajuizou ação cautelar antecedente preparatória de arbitragem com pedido de liminar, buscando a suspensão da Deliberação nº 1025/19, que foi distribuída para a 22ª Vara da Justiça Federal de Brasília (proc. nº 1039786-87.2019.4.01.3400). A redução tarifária foi suspensa por meio de decisão liminar proferida pelo TRF da 1ª Região em Agravo de Instrumento. Após a constituição do Tribunal Arbitral, em 16 de julho de 2020, foi proferida sentença julgando extinto o processo sem julgamento do mérito.

No âmbito da arbitragem, após a composição do Tribunal Arbitral e celebração da Ata de Missão, foram apresentadas, pela MSVia suas alegações iniciais em 17 de agosto de 2020. Em 19 de outubro de 2020, foram apresentadas as respostas da União e ANTT às alegações iniciais.

A Companhia apresentou sua réplica em 19 de novembro de 2020. Em 21 de dezembro de 2020, a União e ANTT apresentaram réplica. Em 8 de março de 2021, foi realizada audiência junto ao Tribunal Arbitral. Em 23 de abril de 2021, foi proferida decisão na arbitragem no sentido de manter a decisão proferida na tutela cautelar antecedente, assim como ampliar a tutela cautelar para suspender a exigibilidade das multas aplicadas pela ANTT à Companhia.

Em 27 de abril de 2021, a ANTT apresentou pedido de esclarecimentos em face dessa decisão, o qual encontra-se pendente de apreciação. Em 25 de maio de 2021, a Companhia apresentou resposta ao pedido de esclarecimento da ANTT. Em 7 de junho de 2021, o Tribunal Arbitral deferiu a produção de prova pericial e oral postulada pelas Requerentes.

Em 15 de julho de 2021, o Tribunal Arbitral negou provimento ao pedido de esclarecimento da ANTT, concedendo o prazo até o dia 30 de julho de 2021 para que as partes apresentem

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

manifestação, especificando as provas que pretendem produzir, o que foi cumprido na arbitragem, tendo sido apresentada manifestação por ambas as partes. Em 3 de setembro de 2021, a ANTT solicitou ao Tribunal Arbitral a bifurcação do procedimento arbitral e, conseqüentemente, a imediata prolação de sentença parcial, previamente à produção de eventual prova técnica. Em 4 de outubro de 2021, a Companhia apresentou manifestação se insurgindo contra a manifestação da ANTT e requerendo o início da fase de instrução. Em 30 de novembro de 2021, o Tribunal Arbitral indeferiu o pedido de bifurcação do procedimento requerido pela ANTT e, ato contínuo, foi determinada a realização de perícia para os pleitos objeto do procedimento arbitral. Aguarda-se o início da perícia.

iii. Relicitação

Em 20 de dezembro de 2019, a Companhia endereçou requerimento junto à ANTT, manifestando a intenção de aderir ao “Processo de Relicitação”, objeto da Lei 13.448/2017, ressaltando-se que tal requerimento foi elaborado com base nos requisitos exigidos conforme Resolução nº 5.860 de 2019 e nos termos do Decreto Federal nº 9.957/2019, que o disciplinou.

Com este requerimento, a Companhia inicia os trâmites que podem culminar com a devolução amigável da concessão, sendo o sistema rodoviário submetido a uma nova licitação (Relicitação) pelo Poder Concedente. A viabilidade técnica e jurídica do requerimento foi atestada pela ANTT por meio da Deliberação nº 337, de 21 de julho de 2020, tendo havido a manifestação favorável do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (CPPI) da Presidência da República, conforme Resolução CPPI nº 148, de 2 de dezembro de 2020, e a posterior publicação do Decreto nº 10.647, de 2021, por parte da Presidência da República.

Em 10 de junho de 2021, foi celebrado o 1º Termo Aditivo ao contrato de concessão da Companhia, cuja publicação no Diário Oficial ocorreu em 14 de junho de 2021. O 1º Termo Aditivo contempla garantias por parte da Companhia, descritos na nota explicativa nº 1 – Contexto operacional.

A vigência do Aditivo é de até 24 meses, contados a partir da publicação do Decreto nº 10.647/2021, em 11 de março de 2021.

Em 20 de janeiro de 2022, foi realizada reunião de Diretoria Colegiada da ANTT, que aprovou o 2º Termo Aditivo ao contrato de concessão. Aguarda-se a assinatura do 2º Termo Aditivo pelos Diretores da ANTT.

iv. Ação de Nulidade de Sentença Arbitral

Em 11 de outubro de 2021, a ANTT ajuizou ação declaratória de nulidade de sentença arbitral parcial com pedido de tutela antecipada em face da Companhia para que seja determinada a exclusão liminar dos pedidos elencados do Procedimento Arbitral nº 24957/GSS/PFF, afastando o teor da decisão da ordem procedimental nº 4, integrada pela decisão do pedido de esclarecimentos. Em 8 de dezembro de 2021, a ANTT protocolizou petição requerendo a desistência da demanda, antes da citação da Companhia, a fim de que o feito seja extinto sem resolução do mérito. Aguarda-se a homologação do pedido de desistência.

Os acionistas controladores e a administração da Companhia reiteram a sua confiança nos procedimentos legais vigentes, aplicáveis ao contrato de concessão.

As demonstrações financeiras da Companhia não contemplam ajustes decorrentes destes processos, tendo em vista que até a presente data não houve desfecho ou tendência desfavorável para nenhum deles.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Principais práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

a) *Moeda estrangeira*

- Transações com moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores.

Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados.

b) *Receitas de contratos com clientes*

É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita.

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços.

Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

c) *Instrumentos financeiros*

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativo financeiro a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- Os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- Transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
 - Substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
 - A Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

d) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

- Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação.

- Aplicações financeiras

Refere-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados.

e) Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

f) Ativo imobilizado

- Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

- Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 11.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

g) Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a geração de benefícios econômicos estimada.

- Direito de exploração de infraestrutura concedida - vide item “o”

Os ativos em fase de construção são classificados como Infraestrutura em construção.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

h) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perda de ativos financeiros a receber do Poder Concedente ou com componente significativo de financiamento são mensuradas para 12 meses, exceto se o risco de crédito tenha aumentado significativamente, quando a perda esperada passaria a ser mensurada para a vida inteira do ativo.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia;
ou
- O contas a receber de clientes estiver vencido há mais de 90 dias.

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- **Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários do projeto de infraestrutura detido, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB do negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

i) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

j) Provisão de manutenção - contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários.

A provisão de manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

k) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

l) Benefícios a empregados

- Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

- Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

m) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras.

O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

n) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

o) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

p) Informação por segmento

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública da rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área geográfica de concessão da Companhia é dentro do Estado do Mato Grosso do Sul e as receitas são provenientes da cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

Nenhum cliente externo representa mais do que dez por cento das receitas totais da Companhia.

q) Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do valor adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme CPCs e aplicável às Companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

r) Arrendamento mercantil

A IFRS 16 / CPC 06 (R2) introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no Balanço patrimonial para arrendatários.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento

Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos.

Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos e também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Os pagamentos do arrendamento incluem: (i) pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber; (ii) pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual; (iii) valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; (iv) o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção; e (v) pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

A Companhia não é obrigado a fazer ajustes para arrendamentos em que é um arrendador, exceto quando é um arrendador intermediário em um subarrendamento.

s) *Adoção inicial de normas novas e alterações*

A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2021, as seguintes novas normas:

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2021, não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Reforma da taxa de juros de referência - Alterações ao CPC 48 (IFRS 9), CPC 08 (IAS 39), CPC 40 (IFRS 7), CPC 11 (IFRS 4) e CPC 06 (IFRS 16)

As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de *hedge* decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48 (IFRS 9), CPC 38 (IAS 39), CPC 40 (IFRS 7) e CPC 11 (IFRS 4) relacionados a mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos e passivos financeiros e contabilidade de *hedge*.

Arrendamentos – Alterações ao CPC 06 (R2) (IFRS 16):

Requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos de arrendamento em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos.

O expediente prático permite que o arrendatário opte por não avaliar se a concessão de aluguel relacionada à COVID-19 é uma modificação de arrendamento. O arrendatário que faz sua opção deverá contabilizar qualquer mudança nos pagamentos de arrendamento resultante da concessão de aluguel relacionada à COVID-19 aplicando a IFRS 16 como se fosse uma modificação de arrendamento.

Este expediente é aplicável apenas a concessões de aluguel ocorrida como resultado direto da COVID-19 e apenas se todas as condições a seguir forem atendidas:

- a) A mudança nos pagamentos de arrendamento resulta na contraprestação revisada de arrendamento que é substancialmente a mesma que, ou menor que, a contraprestação de arrendamento imediatamente anterior à mudança;
- b) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021 (uma concessão de aluguel atende essa condição se resultar em pagamentos de arrendamento menores em ou antes de 30 de junho de 2021); e

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Não há nenhuma mudança substantiva nos outros termos e condições do arrendamento

t) *Novas normas ainda não efetivas*

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento (alteração ao CPC 06/IFRS 16);
- Contratos Onerosos – Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37);
- Revisão anual das normas de IFRS 2018 - 2020;
- Imobilizado – Receitas antes do uso pretendido - alterações ao CPC 27 (IAS 16);
- Referências à estrutura conceitual - alterações ao CPC 15 (IFRS 3);
- Classificação do passivo em circulante ou não circulante - alterações ao CPC 26 (IAS 1);
- IFRS 17 – Contratos de seguros;
- Divulgação de políticas contábeis - alterações ao CPC 26 (IAS 1) e IFRS *Practice Statement 2*;
- Definição de estimativas contábeis – alterações ao CPC 23 (IAS 8); e
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações ao CPC 32/IAS 12).

3. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 24 de fevereiro de 2022, foi aprovado pelo Conselho da Companhia a emissão das demonstrações financeiras.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota

- 2o Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1)
- 9b Impostos diferidos
- 12 Intangível e infraestrutura em construção
- 16 Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e contratuais
- 17 Provisão de manutenção
- 22 Instrumentos financeiros

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Caixa e bancos

Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata.

- Aplicações financeiras

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juro e inflação;
- c) Risco de taxa de câmbio; e
- d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.

A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*.

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou aumento das perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) relativos aos financiamentos; (2) Certificado de Depósito Interbancário (CDI) relativos aos empréstimos em reais; e (3) Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) e Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) relativo ao ônus da concessão. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 6, 9, 14, 21 e 22.

As tarifas de pedágio da Companhia são reajustadas por índices de inflação.

c) Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a liquidação de passivos financeiros.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de financiamentos. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:

	<u>Menos de 1 ano</u>	<u>Entre 1 e 2 anos</u>	<u>Entre 2 e 3 anos</u>	<u>Entre 3 e 4 anos</u>	<u>Acima de 4 anos</u>
Financiamentos (a)	110.895	107.396	103.924	99.696	966.696
Fornecedores e outras contas a pagar	32.682	-	-	-	-
Fornecedores - partes relacionadas	5	-	-	-	-
Obrigações com poder concedente	956	-	-	-	-

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 48.342 substancialmente composto por fornecedores e financiamentos, detalhados nas notas explicativas nº 12 e 14, respectivamente. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia conta com o suporte financeiro do acionista controlador final, CCR S.A..

Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 1.1.

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Caixa e bancos	15.715	11.095
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos e CDB	6.827	42.957
Total - Caixa e equivalentes de caixa	<u>22.542</u>	<u>54.052</u>

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Aplicações financeiras

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Circulante		
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos e CDB	1.244	15.920
Total - Circulante	1.244	15.920
Não Circulante		
Aplicações financeiras		
Conta reserva (Garantia BNDES - maiores detalhes vide nota explicativa 15)	26.269	25.474
Total - Não Circulante	26.269	25.474
Total - Aplicações financeiras	<u>27.513</u>	<u>41.394</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 99,07% do CDI, equivalente a 4,35% ao ano (95,16% do CDI, equivalente a 2,63% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2020).

7. Contas a receber

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Circulante		
Receitas acessórias (a)	1.155	1.475
Pedágio eletrônico (b)	19.576	13.892
	<u>20.731</u>	<u>15.367</u>
Provisão para perda esperada - contas a receber (c)	(51)	(84)
	<u>20.680</u>	<u>15.283</u>

Idade de vencimentos dos títulos

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Créditos a vencer	20.676	15.282
Créditos vencidos até 60 dias	3	-
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	1	1
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	2	-
Créditos vencidos há mais de 180 dias	49	84
	<u>20.731</u>	<u>15.367</u>

- (a) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) prevista no contrato de concessão;
- (b) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária e créditos a receber decorrentes de vale pedágio; e
- (c) Refere-se a provisão para perda esperada - contas a receber, reflete a perda esperada para a Companhia.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Ativo financeiro

	2020	2021			Saldo final
	Saldo inicial	Saldo de transferência (a)	Remuneração	Outros	
Não circulante					
Bens reversíveis e indenizáveis	-	1.492.565	174.950 (b)	(243.081) (c)	1.424.434
	-	1.492.565	174.950	(243.081)	1.424.434
Total geral	-	1.492.565	174.950	(243.081)	1.424.434

- (a) Em 10 de junho de 2021, à luz do processo judicial, mencionado no item 1.2 Outras informações relevantes, subitem iii, destas demonstrações financeiras foi firmado o Termo Aditivo nº 1 ao contrato de concessão. Baseado na cláusula nº 9 do Aditivo, aplicou-se a análise de recuperabilidade por valor justo, a qual inclui a avaliação de indenizações a serem recebidas do Poder Concedente sob o regime da Lei nº 13.448/2017, conforme Resolução nº 5.860 de 2019 e Decreto nº 9.957 de 2019. Neste sentido, foi reclassificado para o ativo financeiro os valores dos bens reversíveis anteriormente classificados como ativo imobilizado e intangível, líquidos de suas amortizações pela curva de benefício econômico e depreciações pela vida útil à incorrer, considerando como premissa o prazo máximo para que a relicitação ocorra, ajustado pela diferença de critério de amortização linear calculado na data-base destas demonstrações financeiras, ajuste de critério de capitalização de juros SELIC vs. TJLP, atualização do saldo pelo IPCA e a estimativa de excedente tarifário, ambos até 31 de dezembro de 2020.
- (b) Do montante de R\$ 243.81, R\$ 138.840 refere-se ao excedente tarifário sobre tarifas recebidas dos usuários calculado após a assinatura do Termo Aditivo nº 1 e R\$ 104.241 é composto por R\$ 68.833 referente ao excedente tarifário do exercício de 2021 calculado antes do referido termo aditivo e R\$ 37.408 referente a atualização do ativo financeiro em função da movimentação contábil do exercício de 2021 considerando o critério descrito na nota (a).
- (c) Refere-se a atualização monetária pelo IPCA do exercício de 2021 utilizando o mesmo critério do item (a).

Cronograma de recebimento - não circulante

2023	1.424.434
	<u>1.424.434</u>

9. Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(73.048)	(406.588)
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	24.836	138.240
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Despesas indedutíveis	(16.238)	(46.065)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	38	24
Impostos diferidos não constituídos (a)	(11.085)	(34.423)
Outros ajustes tributários	(2)	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(2.451)</u>	<u>57.776</u>
Impostos diferidos	<u>(2.451)</u>	<u>57.776</u>
	<u>(2.451)</u>	<u>57.776</u>
Alíquota efetiva de impostos	<u>-3,36%</u>	<u>14,21%</u>

- (a) Em função de não haver expectativa de lucro tributável futuro, o reconhecimento do imposto de renda e contribuição social diferidos foi limitado ao passivo fiscal diferido.
- (b) Em 2021, do montante de R\$ 16.238, o valor de R\$ 16.045 refere-se aos impostos sobre as provisões de risco contratuais com o Poder Concedente. Em 2020, do montante de R\$ 46.065, o valor de R\$ 45.213, refere-se aos impostos sobre as provisões de risco contratuais com o Poder Concedente. Para maiores detalhes vide nota explicativa n° 16a.

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	<u>2021</u>				
	<u>2020</u>	<u>Reconhecido no resultado</u>	<u>Valor líquido</u>	<u>Ativo fiscal diferido</u>	<u>Passivo fiscal diferido</u>
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (b)	-	2.785	2.785	2.785	-
Provisão para participação nos resultados (PLR)	124	813	937	937	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	18	(1)	17	17	-
Provisão para riscos cíveis, administrativos, trabalhistas, previdenciários e contratuais	682	8	690	690	-
Provisão de manutenção	18.805	(18.805)	-	-	-
Diferenças temporárias	-	(89.484)	(89.484)	-	(89.484)
Provisão para fornecedores	3	(1)	2	2	-
Diferenças temporárias - lei n° 12.973/2014 (a)	(92.271)	92.271	-	-	-
Estimativa de perda lei n° 13.448/1	68.356	10.044	78.400	78.400	-
Outros	106	(81)	25	25	-
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	(4.177)	(2.451)	(6.628)	82.856	(89.484)
Compensação de imposto	-	-	-	(82.856)	82.856
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	<u>(4.177)</u>	<u>(2.451)</u>	<u>(6.628)</u>	<u>-</u>	<u>(6.628)</u>

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2019	Reconhecido no resultado	2020		
			Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas	12.978	(12.978)	-	-	-
Provisão para participação nos resultados (PLR)	-	124	124	124	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	-	18	18	18	-
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	-	682	682	682	-
Provisão de manutenção	17.723	1.082	18.805	18.805	-
Provisão para fornecedores	-	3	3	3	-
Diferenças temporárias - lei nº 12.973/2014 (a)	(92.654)	383	(92.271)	-	(92.271)
Estimativa de perda Lei nº 13.448/1	-	68.356	68.356	68.356	-
Outros	-	106	106	106	-
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	(61.953)	57.776	(4.177)	88.094	(92.271)
Compensação de imposto	-	-	-	(88.094)	88.094
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	(61.953)	57.776	(4.177)	-	(4.177)

- (a) Saldos de diferenças temporárias dispostas na lei nº 12.973/14 (fim do Regime Tributário de Transição) composto principalmente por custos de empréstimos capitalizados e custo de transação.
- (b) A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social em 2023.

A recuperação dos créditos tributários poderá ser realizada em prazo diferente do acima estimado, em função de reorganizações societárias e de estrutura de capital.

A Companhia não registrou o ativo fiscal diferido sobre o saldo de diferenças temporárias e prejuízo Fiscal e Base Negativa no montante de R\$ 248.371 (R\$ 84.446 - efeito tributário em 31 de dezembro de 2021) e em 31 de dezembro de 2020 montante de R\$ 135.194 (R\$ 45.966 - efeito tributário), por não haver expectativa de geração de lucro tributável no futuro.

10. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2021 e 2020, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, suas controladoras, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

	Transações		Saldos	
	2021		2021	
	Despesas / custos com serviços prestados	Imobilizado / Intangível	Ativo Contas a receber	Passivo Fornecedores e contas a pagar
Controladora				
CPC	5.583 (b)	-	-	-
Controladora indireta				
CCR (indireta)	3.404 (a)	-	-	-
Outras partes relacionadas				
Nova Dutra	-	173 (h)	-	-
RDN (antiga Rodonorte)	405 (i)	-	44 (e)	5 (e)
SPVias	-	-	3 (e)	-
Bloco Central	-	-	11 (e)	-
Instituto CCR	283 (c)	-	-	-
Total	9.675	173	58	5

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Transações		Saldos	
	2020		2020	
	Despesas / custos com serviços prestados	Imobilizado / Intangível	Ativo Contas a Receber	Passivo Fornecedores e contas a pagar
Controladora				
CPC	3.838 (a)	-	-	300 (a)
Controladora indireta				
CCR (indireta)	6.872 (b)	504 (f)	-	561 (b)
Outras partes relacionadas				
SPVias	-	615 (d)	-	-
ViaRio	-	-	-	2 (e)
ViaSul	-	-	13 (e)	15 (e)
ViaCosteira	-	-	10 (e)	27 (e)
Intercement Brasil S.A	77 (d)	-	-	-
Total	10.787	1.119	23	905

Despesas com profissionais chaves da administração

	2021	2020
Remuneração: (j)		
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	889	922
Outros benefícios:		
Provisão de participação no resultado		
Provisão para remuneração variável do ano a pagar no ano seguinte	522	99
Reversão de PPR do ano anterior pago no ano	(26)	(458)
Previdência privada	44	39
Seguro de vida	2	2
	1.431	604

Saldos a pagar aos profissionais chave da administração

	2021	2020
Remuneração dos administradores (j)	608	180

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 05 de abril de 2021, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia de até R\$ 1.700, incluindo salário, benefícios, remuneração variável pagas no ano e contribuição para seguridade social.

- Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR GBS, cujo vencimento se dá no mês seguinte ao do faturamento;
- Contrato de prestação exclusivo de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujo valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês seguinte ao do faturamento;

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (c) Doação para auxiliar o custeio das atividades e projetos sociais a serem desenvolvidos pelo Instituto CCR;
- (d) Refere-se a compra Intercompany de guinchos leves da SPVias;
- (e) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores, cujo vencimento se dá no mês subsequente a emissão do documento;
- (f) Contrato de prestação de serviços de planejamento e elaboração de projetos de restauração e manutenção de pavimentos, com vencimento em 31 de janeiro de 2021, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês seguinte ao do faturamento;
- (g) Contrato de fornecimento de cimento para pavimentação de concreto na BR-163/MS, sendo os valores unitários reajustados anualmente pelo IGP-M. Os pagamentos relativos a este contrato ocorrem em até 15 dias após a recepção da fatura emitida pelo fornecedor;
- (h) Venda de veículos para Nova Dutra;
- (i) Compra de materiais médicos e hospitalares da RDN; e
- (j) Contempla o valor de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria.

Contempla o valor de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria.

11. Ativo imobilizado

	Taxa média anual de depreciação %	2020		2021			
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Outros (c)	Saldo final
Valor de custo							
Móveis e utensílios		1.588	-	(108)	9.425	-	10.905
Máquinas e equipamentos		82.207	-	(4.095)	7.335	(27.752)	57.695
Veículos		24.669	-	(1.350)	4.542	(3.872)	23.989
Instalações e edificações		296	-	-	-	-	296
Terrenos		828	-	-	(828)	-	-
Equipamentos operacionais		53.777	-	(3.357)	(1.128)	(12.922)	36.370
Imobilizações em andamento		302	5.638	(4)	(3.979)	(1.957)	-
Total custo		163.667	5.638	(8.914)	15.367	(46.503)	129.255
Valor de depreciação							
Móveis e utensílios	10	(835)	(299)	70	(712)	-	(1.776)
Máquinas e equipamentos	11	(44.739)	(10.774)	2.053	(1.199)	-	(54.659)
Veículos	24	(19.015)	(2.483)	1.293	(7)	-	(20.212)
Instalações e edificações	(*)	(296)	-	-	-	-	(296)
Equipamentos operacionais	11	(26.377)	(5.880)	1.953	593	-	(29.711)
Total depreciação		(91.262)	(19.436)	5.369	(1.325)	-	(106.654)
Total geral		72.405	(13.798)	(3.545)	14.042	(46.503)	22.601

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Taxa média anual de depreciação %	2019		2020			Saldo final
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Outros (b)	
Valor de custo							
Móveis e utensílios		1.589	-	(21)	20	-	1.588
Máquinas e equipamentos		81.393	-	(60)	874	-	82.207
Veículos		23.727	-	(1.712)	2.654	-	24.669
Instalações e edificações		296	-	-	-	-	296
Terrenos		828	-	-	-	-	828
Equipamentos operacionais		53.821	-	(2)	113	(155)	53.777
Imobilizações em andamento		2.419	1.650	-	(3.767)	-	302
Total custo		164.073	1.650	(1.795)	(106)	(155)	163.667
Valor de depreciação							
Móveis e utensílios	10	(697)	(148)	14	(4)	-	(835)
Máquinas e equipamentos	14	(33.204)	(11.576)	41	-	-	(44.739)
Veículos	25	(18.592)	(2.135)	1.712	-	-	(19.015)
Instalações e edificações	(*)	(296)	-	-	-	-	(296)
Equipamentos operacionais	11	(20.300)	(6.078)	1	-	-	(26.377)
Total depreciação		(73.089)	(19.937)	1.768	(4)	-	(91.262)
Total geral		90.984	(18.287)	(27)	(110)	(155)	72.405

Não houve custos capitalizáveis no exercício de 2021 e 2020.

(*) Ativo 100% depreciado;

(a) Reclassificações entre ativo imobilizado e ativo intangível;

(b) Reclassificações do ativo imobilizado para o resultado.

(c) Do montante de R\$ 46.503, R\$ 46.284 refere-se a reclassificação para o ativo financeiro dos ativos reversíveis não depreciados ao final do prazo de devolução, para maiores detalhes, veja nota explicativa nº 8 e R\$ 219 de cauções.

12. Intangível e infraestrutura em construção

	Taxa média anual de amortização %	2020		2021			Saldo final
		Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Outros (b)		
Valor de custo							
Direitos de exploração da infraestrutura concedida		1.460.587	-	167.944	(1.439.173)	-	189.358
Direitos de uso de sistemas informatizados		12.695	-	(1.233)	(778)	-	10.684
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento		123	274	(9)	(388)	-	-
Total custo		1.473.405	274	166.702	(1.440.339)	-	200.042
Valor de amortização							
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(*)	(104.099)	(35.571)	551	-	-	(139.119)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(9.191)	(1.394)	774	-	-	(9.811)
Total amortização		(113.290)	(36.965)	1.325	-	-	(148.930)
Total intangível		1.360.115	(36.691)	168.027	(1.440.339)	-	51.112
Infraestrutura em construção		173.892	14.237	(182.069)	(6.060)	-	-
		2019		2020			
	Taxa média anual de amortização %	Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Outros (b)	Saldo final	
Valor de custo							
Direitos de exploração da infraestrutura concedida		1.746.657	-	15.287	(301.357)	-	1.460.587
Direitos de uso de sistemas informatizados		12.026	-	669	-	-	12.695
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento		429	257	(563)	-	-	123
Total custo		1.759.112	257	15.393	(301.357)	-	1.473.405
Valor de amortização							
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(*)	(71.461)	(32.642)	4	-	-	(104.099)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(6.909)	(2.282)	-	-	-	(9.191)
Total amortização		(78.370)	(34.924)	4	-	-	(113.290)
Total intangível		1.680.742	(34.667)	15.397	(301.357)	-	1.360.115
Infraestrutura em construção		151.500	37.994	(15.287)	(315)	-	173.892

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Não houve custos capitalizáveis no exercício de 2021 e 2020.

(*) Amortização pela curva de benefício econômico;

(a) Reclassificação entre ativo imobilizado e ativo intangível;

(b) Em 2021 o valor líquido de reduções no montante de R\$ 1.446.399, refere-se, R\$ 1.446.285, refere-se a reclassificação para o ativo financeiro dos ativos reversíveis não amortizados ao final do prazo de devolução, para maiores detalhes, veja nota explicativa nº 8, R\$ 113 a cauções e R\$ 1 referente a IRRF. Em 2020 À luz do processo judicial, mencionado no item 1.2 Outras informações relevantes, subitem iii, destas demonstrações financeiras, aplicou-se a análise de recuperabilidade por valor justo, utilizando a abordagem de custo (normalmente referido como custo de substituição ou reposição), a qual inclui a avaliação de indenizações a serem recebidas do Poder Concedente em caso de relicitação do contrato de concessão. Tal cenário é compreendido como o mais adequado para análise de recuperação de seus ativos, tendo em vista o estágio avançado do processo de devolução amigável sob o regime da Lei 13.448/2017, conforme Resolução nº 5.860 de 2019 e Decreto nº 9.957 de 2019. Neste sentido, em 2020 foi constituída provisão para perda de de R\$ 301.292.

13. Fornecedores

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Circulante		
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	28.690	22.237
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros (a)	16	25
	<u>28.706</u>	<u>22.262</u>
Não circulante		
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	263	-
	<u>263</u>	<u>-</u>

(a) Refere-se principalmente a valores por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Obrigações sociais e trabalhistas

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Circulante		
INSS sobre folha de pagamento	668	538
IRRF de empregados	210	182
FGTS	212	187
Sesi/Senai	109	81
Salários a pagar	791	659
Provisão para participação nos resultados	3.212	1.477
Provisão para férias	2.495	2.457
Outras obrigações trabalhistas	907	932
	<u>8.604</u>	<u>6.513</u>
Não circulante		
Provisão para participação nos resultados	1	49
	<u>1</u>	<u>49</u>

15. Financiamentos

Instituições financeiras	Taxas contratuais (% a.a.)	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.) (a)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar 2021	Vencimento final	2021	2020
Em moeda nacional							
1. BNDES - FINEM I	TJLP + 2,00% a.a.	2,2338%	17.013	10.413	Março de 2039	640.754	677.122 (b) (c) (d)
2. Caixa Econômica Federal	TJLP + 2,00% a.a.	2,1918%	2.598	1.639	Março de 2039	122.194	129.148 (b) (c) (d)
2. Caixa Econômica Federal	TJLP + 2,00% a.a.	2,4844%	2.671	1.696	Março de 2039	49.883	52.668 (b) (c) (d)
Total geral				<u>13.748</u>		<u>812.831</u>	<u>858.938</u>
Circulante							
Financiamentos						50.360	50.226
Custos de transação						(1.458)	(1.525)
						<u>48.902</u>	<u>48.701</u>
Não Circulante							
Financiamentos						776.219	823.988
Custos de transação						(12.290)	(13.751)
						<u>763.929</u>	<u>810.237</u>

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada à taxa média ponderada.

Garantias:

- (b) 100% aval/ fiança corporativa da Controladora CCR S.A não remunerado.
(c) Garantia real.
(d) Cessão de contas bancárias, indenizações e recebíveis.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	<u>2021</u>
2023	47.768
2024	47.768
2025	47.768
2026 em diante	632.914
(-) Custos de transação	<u>(12.290)</u>
	<u><u>763.929</u></u>

A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de financiamentos, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro onde as operações estão detalhadas. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

1. Em 14 de março de 2016, foi assinado contrato de financiamento junto ao BNDES, no valor total de R\$ 2.109.915, com vencimento final em 15 de março de 2039. O valor do financiamento está dividido em 18 subcréditos, incluindo o subcrédito social no valor de R\$ 11.542, destinado a aprovação de projetos sociais no âmbito da comunidade pelo BNDES.

Em 15 de abril 2016, foi realizado o primeiro desembolso deste contrato, no valor de R\$ 587.039, que liquidou o empréstimo ponte, junto a este mesmo banco.

Em 10 de março de 2017, ocorreu a 2ª liberação referente ao contrato direto do BNDES, sendo R\$ 22.390 referente ao subcrédito A e R\$ 52.560 referente ao subcrédito R1, com remuneração de TJLP + 2% a.a..

Sobre a dívida incide juros de TJLP + 2,0% a.a., exceção feita ao subcrédito social, sobre o qual incidirá apenas a TJLP. O principal será pago em 231 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira prestação em 15 de janeiro de 2020. Os juros serão pagos trimestralmente nos meses de março, junho, setembro e dezembro de cada ano, a partir de 15 de junho de 2016, e mensalmente a partir da data de vencimento da primeira prestação de principal.

As garantias serão divididas em três fases: (i) *pré completion*, (ii) *completion* parcial, e (iii) *completion* total:

(i) *Pré Completion*: As garantias consistem de: - (a) fiança corporativa da CCR; (b) penhor de 100% das ações da Companhia detidas pela CPC; e (c) cessão fiduciária de todos os direitos creditórios, presentes e futuros, decorrentes da exploração da rodovia BR-163/MS, bem como dos direitos emergentes da concessão.

(ii) *Completion* Parcial, definido essencialmente pela conclusão das obras de duplicação previstas no contrato de financiamento. As garantias consistem de (a) fiança corporativa da CCR de 50% do saldo da dívida; (b) penhor de 100% das ações da Companhia detidas pela CPC; e (c) cessão fiduciária de todos os direitos creditórios, presentes e futuros, decorrentes da exploração da rodovia BR-163/MS, bem como dos direitos emergentes da concessão.

(iii) *Completion* Total, onde além do *completion* parcial supracitado, a Companhia deverá apresentar ICSD igual ou superior a 1,2 e apresentação de Índice de Cobertura “Manutenção” sobre o Serviço da Dívida (inclui a realização da provisão de manutenção) igual ou superior a 1. As garantias consistem de: (a) penhor de 100% das ações da Companhia detidas pela CPC; (b) cessão

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

fiduciária de todos os direitos creditórios, presentes e futuros, decorrentes da exploração da rodovia BR-163/MS, bem como dos direitos emergente da concessão.

A Controladora CCR S.A., até o *completion* total, obriga-se a manter índice Dívida Líquida / EBITDA menor ou igual a 4,5, apurado anualmente, com data base em 31 de dezembro, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da CCR S.A.. Em relação à Companhia, esta, deverá apresentar ICSD igual ou superior a 1,2, Índice de Cobertura “Manutenção” sobre o Serviço da Dívida (inclui a realização da provisão de manutenção) igual ou superior a 1 e apresentação do índice PL/Ativo maior ou igual a 0,2. O resgate antecipado é permitido mediante aprovação do BNDES.

2. Em 12 de agosto de 2016, foram assinados os contratos de financiamentos com a Caixa Econômica Federal, com recursos do Programa Finisa (Finisa) e mediante repasse (Repasse) de recursos do BNDES, nos valores de R\$ 527.288 e R\$ 210.000, respectivamente, com vencimento final em 15 de março de 2039.

Em 07 de outubro de 2016, foi realizado o primeiro desembolso do Finisa no valor bruto de R\$ 103.800 e no dia 18 de outubro, R\$ 43.250, do Repasse.

Em 10 de março de 2017, ocorreu a 2ª liberação referente ao contrato FINISA, no montante de R\$ 22.910.

Em 15 de março de 2017, ocorreu a 2ª liberação referente ao contrato junto à Caixa, referente à repasse do BNDES, no montante de R\$ 9.545.

Sobre ambos contratos incide juros de TJLP + 2% ao ano. O principal será pago em 231 prestações mensais e sucessivas, vencendo a primeira prestação em 15 de janeiro de 2020. Os juros serão exigidos trimestralmente nos meses de março, junho, setembro e dezembro de cada ano a partir de 15 de dezembro de 2016, e mensalmente, a partir da data de vencimento da primeira prestação de principal ocorrerá em 15 de janeiro de 2020.

As garantias estão divididas em três etapas: (i) pré *completion*, (ii) *completion* parcial, e (iii) *completion* total, as quais são idênticas às do BNDES, divulgada no item 1, acima.

O resgate antecipado é permitido a qualquer tempo.

A Controladora CCR, até o *completion* total, obriga-se a manter índice Dívida Líquida / EBITDA menor ou igual a 4,5, apurado anualmente, com data base em 31 de dezembro, com base nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas. Em relação à MSVia, esta deverá apresentar ICSD igual ou superior a 1,2, Índice de Cobertura “Manutenção” sobre o Serviço da Dívida (inclui a realização da provisão de manutenção) igual ou superior a 1 e apresentação do índice PL/Ativo maior ou igual a 0,2. O resgate antecipado é permitido mediante aprovação do BNDES.

Não existem cláusulas de repactuação. Neste exercício de 2021, ocorreu pagamento de principal no valor de R\$ 47.766 e pagamento de juros no valor de R\$ 56.532 conforme as cláusulas do contrato.

Não ocorreram novas captações de financiamentos.

Conforme cláusula quarta do contrato firmado com BNDES, a partir de 16 de janeiro de 2019, a Companhia deve efetuar depósitos em conta reserva, na qual permanecerão bloqueados durante

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020.
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

todo o prazo do contrato de financiamento. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo aplicado totaliza R\$ 26.269.

16. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e contratuais

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis e contratuais.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	2020		2021			
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamentos	Atualização de bases processuais e monetária	Saldo final
Não circulante						
Cíveis e administrativos	905	1.465	(310)	(1.845)	33	248
Trabalhistas e previdenciários	2.149	1.183	(651)	(1.090)	192	1.783
Contratuais (a)	132.980	33.225	(1.208)	-	15.176	180.173
	<u>136.034</u>	<u>35.873</u>	<u>(2.169)</u>	<u>(2.935)</u>	<u>15.401</u>	<u>182.204</u>

A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis e trabalhistas, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS não determinam sua contabilização.

	2021	2020
Cíveis e administrativos	4.558	2.226
Trabalhistas e previdenciários	220	397
Contratuais (a)	<u>218.296</u>	<u>235.631</u>
	<u>223.074</u>	<u>238.254</u>

- (a) Com relação aos processos cíveis, a ANTT lavrou até 31 de dezembro de 2021, autos de infrações contra a Companhia, relativos a questões operacionais do contrato de concessão, os quais totalizam o valor de R\$ 398.469, dos quais R\$ 218.296 (R\$ 235.631 em 31 de dezembro de 2020) são avaliados como sendo de risco possível e R\$ 180.173 de risco provável (R\$ 132.980 em 31 de dezembro de 2020) e, portanto, foram provisionados. Em 22 de abril de 2021, foi proferida decisão nos autos do Processo de Arbitragem nº 24.957/GSS/PFF decretando a suspensão da exigibilidade das referidas multas.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Provisão de manutenção

	2020	2021		Realização	Saldo final
	Saldo inicial	Reversão da provisão a valor presente	Reversão do ajuste a valor presente		
Circulante	57.572	(58.041)	1.470	(1.001)	-
Não circulante	26.585	(27.319)	734	-	-
	<u>84.157</u>	<u>(85.360)</u>	<u>2.204</u>	<u>(1.001)</u>	<u>-</u>

As taxas anuais de 2021 e 2020, para cálculo do valor presente, são de 7,08% a.a. e 6,49% a.a. respectivamente.

Em junho de 2021 foi efetuada a reversão da provisão de manutenção, devido a não expectativa de realização após a assinatura do 1º Termo Aditivo do Contrato de Concessão.

18. Obrigações parceladas

	2020	2021			Saldo final
	Saldo inicial	Atualização monetária	Pagamentos	Transferência	
Circulante					
Multa com o poder concedente	<u>965</u>	<u>65</u>	<u>(987)</u>	<u>928</u>	<u>971</u>
Não circulante					
Multa com o poder concedente	<u>2.130</u>	<u>70</u>	<u>-</u>	<u>(928)</u>	<u>1.272</u>

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	2021
2023	479
2024	479
2025	313
	<u>1.271</u>

19. Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia é de R\$ 976.000, composta por 976.000.000 ações, todas normativas e sem valor nominal.

Em 25 de novembro de 2021, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento de capital da Companhia, no valor de R\$ 60.000, mediante a emissão de 60.000.000 de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, com o prazo para integralização até 31 de janeiro de 2022.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Absorção do prejuízo

Em 31 de dezembro de 2020 a Administração da acionista CCR S.A. propôs pela absorção do prejuízo da Companhia nos montantes de R\$ 4.340 com a reserva de lucros, R\$ 6.806 com a conta de retenção de lucros e R\$ 20.619 com a conta de reserva especial de dividendos, aprovados em na AGO 05 de abril 2021.

c. Prejuízo básico e diluído

A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Numerador		
Prejuízo líquido	(75.499)	(348.812)
Denominador		
Média ponderada de ações (em milhares)	921.934	907.986
Prejuízo por ação - básico e diluído	(0,08189)	(0,38416)

20. Receitas operacionais

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receitas de pedágio	231.964	292.320
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	14.238	37.993
Receitas acessórias	7.796	7.518
Receitas de prestação de serviço de partes relacionadas	405	-
Remuneração de ativo financeiro	174.950	-
Receita bruta	<u>429.353</u>	<u>337.831</u>
Impostos sobre receitas	(25.920)	(25.951)
Devoluções e abatimentos	(60)	(57)
Deduções das receitas brutas	<u>(25.980)</u>	<u>(26.008)</u>
Receita operacional líquida	<u><u>403.373</u></u>	<u><u>311.823</u></u>

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Resultado financeiro

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Despesas Financeiras		
Juros sobre financiamentos	(58.194)	(60.185)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(2.204)	(11.117)
Variação monetária sobre o excedente tarifário	(34.101)	-
Juros sobre obrigações parceladas	(135)	(41)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(893)	(371)
	<u>(95.527)</u>	<u>(71.714)</u>
Receitas Financeiras		
Rendimento sobre aplicações financeiras	2.376	2.049
Variação cambial sobre fornecedores estrangeiros	2	53
Juros e outras receitas financeiras	41	342
	<u>2.419</u>	<u>2.444</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(93.108)</u>	<u>(69.270)</u>

22. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de derivativos com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, assim como em operações definidas como derivativos exóticos.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a Controladora CCR S.A. possui um Comitê de Resultados e Finanças, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos.

A Companhia não possui e não operou com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios apresentados.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme os quadros a seguir:

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Instrumentos financeiros por categoria

	2021			2020		
	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado
Ativos						
Caixa e bancos	15.715	-	-	11.095	-	-
Aplicações financeiras	8.071	-	-	58.877	-	-
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	26.269	-	-	25.474	-	-
Contas a receber	-	20.680	-	-	15.283	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	58	-	-	23	-
Ativo financeiro	-	1.424.434	-	-	-	-
Passivos						
Financiamentos em moeda nacional (a)	-	-	(812.831)	-	-	(858.938)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(32.945)	-	-	(22.697)
Fornecedores - partes relacionadas	-	-	(5)	-	-	(905)
Obrigações com o poder concedente	-	-	956	-	-	(908)
	<u>50.055</u>	<u>1.445.172</u>	<u>(844.825)</u>	<u>95.446</u>	<u>15.306</u>	<u>(883.448)</u>

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Caixa e bancos, aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas - conta reserva** – Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo (nível 2). As aplicações financeiras em CDB (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Companhia entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.
- **Contas a receber, contas a receber - partes relacionadas, ativo financeiro, fornecedores - partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações, exceto ativos financeiros a receber do Poder Concedente, cujos valores contábeis são considerados equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, presentes no contrato de concessão, tais como estrutura robusta de garantias e marcos legais relacionados ao setor;
- **Financiamentos em moeda nacional e obrigações com o poder concedente** - Consideram-se os valores contábeis desses instrumentos financeiros equivalentes aos valores justos, por se tratar de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas.

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados a seguir:

	2021	2020
Nível 2:		
Aplicações financeiras	34.340	84.351

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às taxas de juros.

A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de financiamentos, aplicações financeiras e auto de infração com o Poder Concedente, com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2022 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimento	Exposição em R\$ ⁽⁶⁾⁽⁷⁾	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
BNDES	TJLP ⁽²⁾	Março de 2039	651.167	(48.353)	(57.142)	(65.934)
CEF (REPASSE BNDES)	TJLP ⁽²⁾	Março de 2039	51.579	(3.830)	(4.526)	(5.223)
CEF (FINISA)	TJLP ⁽²⁾	Março de 2039	123.833	(9.195)	(10.867)	(12.539)
Auto de infração parcelado - Poder Concedente	Selic ⁽⁴⁾		2.243	(205)	(257)	(308)
Aplicação financeira (Menkar II) ⁽⁵⁾	CDI ⁽³⁾		8.071	726	908	1.089
Aplicação financeira (Itaú Soberano)	CDI ⁽³⁾		26.269	2.348	2.934	3.521
Total do efeito de ganho ou (perda)				(58.509)	(68.950)	(79.394)
Efeito sobre os financiamentos				(61.378)	(72.535)	(83.696)
Efeito sobre as obrigações parceladas				(205)	(257)	(308)
Efeito sobre as aplicações financeiras				3.074	3.842	4.610
Total do efeito de ganho / (perda)				(58.509)	(68.950)	(79.394)

As taxas de juros consideradas foram⁽¹⁾:

TJLP ⁽²⁾	5,31%	6,65%	7,97%
CDI ⁽³⁾	9,15%	11,43%	13,72%
Selic ⁽⁴⁾	9,15%	11,43%	13,72%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nos itens (2) e (4) está detalhado as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Refere-se à taxa de 31/12/2021, divulgada pela BNDES;
- (3) Refere-se à taxa de 31/12/2021, divulgada pela B3;
- (4) Refere-se à taxa de 31/12/2021, divulgada pelo Banco Central do Brasil;
- (5) Como o conceito é de dívida líquida, o cenário para se mensurar o impacto no caixa sobre as aplicações financeiras é o mesmo para o endividamento, ou seja, de aumento de taxas de juros. Neste cenário, as aplicações financeiras se beneficiam, pois são pós-fixada;
- (6) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação, IRRF e também não consideram os saldos de juros em 31/12/2021, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e
- (7) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI, TJLP e Selic).

23. Compromissos vinculados ao contrato de concessão

Além dos pagamentos de verba de fiscalização ao Poder Concedente, a Companhia assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo de concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustados por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Compromisso de investimento	<u>19.854</u>	<u>175.219</u>

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

O valor dos compromissos de investimentos futuros contemplam o previsto no Termo Aditivo nº 1.

24. Demonstrações dos fluxos de caixa

- a. A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.
- b. Efeitos nas demonstrações em referência, que não afetaram o caixa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Tributos a recuperar	-	(15)
Fornecedores	3.450	(157)
Ativo financeiro	(1.487.910)	-
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	<u>(1.484.460)</u>	<u>(172)</u>
Adição ao ativo intangível	(3.672)	-
Outros de imobilizado e intangível	1.488.132	172
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	<u>1.484.460</u>	<u>172</u>

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c. Reconciliação das atividades de financiamento

	<u>Financiamento</u>	<u>Total</u>
Saldo Inicial	(858.938)	(858.938)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento		
Pagamentos de principal e juros	104.301	104.301
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	104.301	104.301
Outras variações		
Despesas com juros	(58.194)	(58.194)
Total das outras variações	(58.194)	(58.194)
Saldo Final	<u>(812.831)</u>	<u>(812.831)</u>

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição do Conselho de Administração

Eduardo Siqueira Moraes Camargo
Pedro Paulo Archer Sutter
Roberto Penna Chaves Neto

Presidente
Conselheiro
Conselheiro

Composição da Diretoria

Heitor de Souza Pires
Eduardo Siqueira Moraes Camargo
Guilherme Motta Gomes

Diretor Presidente e DRI
Diretor
Diretor

Contadora

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti
CRC 1SP190868/O-0"S"MS

- DECLARAÇÃO DA DIRETORIA -

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº. 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes (“KPMG”) sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido nesta data, e com as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Campo Grande/MS, 24 de fevereiro de 2022.

HEITOR DE SOUZA PIRES

DIRETOR PRESIDENTE E DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

GUILHERME MOTTA GOMES

DIRETOR OPERACIONAL

PROTOCOLO DE AÇÕES

Este é um documento assinado eletronicamente pelas partes. O documento eletrônico é garantido pela medida provisória 2200-2, de 24 de agosto de 2001, que estabelece que todo documento em forma eletrônica tem assegurada a autenticidade, integralidade e validade jurídica desde que utilize certificados digitais padrão ICP-Brasil.

Data de emissão do Protocolo: 24/02/2022

Dados do Documento

Tipo de Documento Declaração da Diretoria
Referência Demonstrações Financeiras_MSVia
Situação Vigente / Ativo
Data da Criação 24/02/2022
Validade 24/02/2022 até Indeterminado
Hash Code do Documento A25EA3E7C29F49A3F52DC58F423B933DB3A9AF290053719D400E5FE2FC9A8294

Assinaturas / Aprovações / Aceites

Papel (parte)	Diretor		
Relacionamento	19.642.306/0001-70 - MSVia		
Representante	HEITOR DE SOUZA PIRES	CPF	025.860.227-93
Ação:	Assinado em 24/02/2022 18:17:38 com o certificado ICP-Brasil Serial - 59DD33D3C800E466	IP:	10.101.243.93
Info. Navegador:			

Papel (parte)	Diretor1		
Relacionamento	19.642.306/0001-70 - MSVia		
Representante	GUILHERME MOTTA GOMES	CPF	012.980.057-01
Ação:	Assinado em 24/02/2022 18:22:34 com o certificado ICP-Brasil Serial - 68F1263563259721	IP:	10.101.243.93
Info. Navegador:			



Toda assinatura contida neste documento possui carimbo de tempo baseado na Hora Legal Brasileira, emitido pela autoridade de Carimbo de Tempo Qualisign, ACT homologada pelo observatório nacional - ON/MCTI

A autenticidade, validade e detalhes de cada assinatura deste documento podem ser verificadas através do endereço eletrônico <https://portaldeassinatura.grupoccr.com.br>, utilizando o código de acesso (passcode) abaixo:

Código de Acesso (Passcode): **CKDWC-1QSRA-ISVVS-XRVSB**



Os serviços de assinatura digital deste portal contam com a garantia e confiabilidade da **AR-QualiSign**, Autoridade de Registro vinculada à ICP-Brasil.